



SUSANA SANSON DE BEM

**CONTRIBUIÇÕES DA MEMÓRIA SOCIAL E DOS SABERES DO TRABALHO
PARA A CULTURA DE SEGURANÇA OCUPACIONAL: UM ESTUDO COM
COSTUREIRAS EM UM ATELIER DE CALÇADOS EM NOVA HARTZ (RS)**

CANOAS, 2025

SUSANA SANSON DE BEM

**CONTRIBUIÇÕES DA MEMÓRIA SOCIAL E DOS SABERES DO TRABALHO
PARA A CULTURA DE SEGURANÇA OCUPACIONAL: UM ESTUDO COM
COSTUREIRAS EM UM ATELIER DE CALÇADOS EM NOVA HARTZ (RS)**

Tese apresentada à banca examinadora do Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Bens Culturais, da Universidade La Salle – UNILASALLE, como exigência parcial para a obtenção do grau de Doutora em Memória Social e Bens Culturais.

Orientação: Prof. Dr. Moisés Waismann

CANOAS, 2025

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

B455c Bem, Susana Sanson de.

Contribuições da memória social e dos saberes do trabalho para a cultura de segurança ocupacional [manuscrito] : um estudo com costureiras em um atelier de calçados em Nova Hartz (RS) / Susana Sanson de Bem. – 2025.

74 f. : il.

Tese (doutorado em Memória Social e Bens Culturais) – Universidade La Salle, Canoas, 2025.

“Orientação: Prof. Dr. Moisés Waismann”.

1. Memória social. 2. Segurança do trabalho. 3. Indústria de calçados. 4. Rio Grande do Sul (RS). I. Waismann, Moisés. II. Título.

CDU: 685.3:331

SUSANA SANSON DE BEM

**CONTRIBUIÇÕES DA MEMÓRIA SOCIAL E DOS SABERES DO TRABALHO PARA A
CULTURA DE SEGURANÇA OCUPACIONAL: UM ESTUDO COM COSTUREIRAS EM
UM ATELIER DE CALÇADOS EM NOVA HARTZ (RS)**

Tese **aprovada** para obtenção do título de doutor,
pelo Programa de Pós-Graduação em Memória
Social e Bens Culturais, da Universidade La Salle.

BANCA EXAMINADORA

Prof^ª. Dr^a. Jacinta Sidegum Renner
Universidade Feevale

Prof^ª. Dr^a. Claudia Schemes
Universidade Feevale

Prof^ª. Dr^a. Estelamaris de Barros Dihl
Universidade La Salle, Canoas/RS

Prof^ª. Dr^a. Maria de Lourdes Borges
Universidade La Salle, Canoas/RS

Prof. Dr. Moisés Waismann
Orientador e Presidente da Banca - Universidade La Salle, Canoas/RS

Área de concentração: Memória Social e Bens Culturais
Curso: Doutorado em Memória Social e Bens Culturais

Canoas, 20 de outubro de 2025

Dedico à minha família, especialmente ao Thales, meu filho, amigos e alunos queridos. Todos foram importantes na construção desta jornada.

AGRADECIMENTOS

Ao meu filho Thales, meu parceiro nos longos debates; à minha irmã, Judite, que me fez ingressar no doutorado; à minha tia Ignez, minha segunda mãe, por dar o suporte necessário no dia a dia.

Aos amigos, por entenderem o porquê de eu estar sempre assoberbada.

Ao meu orientador, prof. Dr. Moisés Waismann, que teve uma paciência enorme comigo.

À UNILASALLE, que me propiciou os meios para chegar aos fins.

Aos demais professores e colegas, pelas trocas de experiências, pelos conhecimentos adquiridos e as boas gargalhadas.

Não é suficiente reconstituir peça por peça a imagem de um acontecimento do passado para se obter uma lembrança. É necessário que esta reconstrução se opere a partir de dados ou de noções comuns que se encontram tanto no nosso espírito como no dos outros, porque elas passam incessantemente desses para aquele e reciprocamente, o que só é possível se fizeram e continuam a fazer parte de uma mesma sociedade. Somente assim podemos compreender que uma lembrança possa ser ao mesmo tempo reconhecida e reconstruída (Halbwachs, 1990, p. 22).

RESUMO

Na economia do estado do Rio Grande do Sul, o setor calçadista está entre os principais geradores de renda e emprego. Em 2024, houve um faturamento de aproximadamente 485,4 milhões de dólares, segundo dados da Abicalçados (2025). A referida história dessa indústria se confunde com a ocupação territorial do estado, sendo a região do Vale do Rio dos Sinos e a do Vale do Rio Paranhana onde se concentram o maior número de empresas desse ramo produtivo. A memória social de seus trabalhadores se confunde com a produção de calçados e suas diferentes ocupações ao longo da cadeia produtiva. O objetivo desta tese é investigar os saberes do trabalho com relação à promoção da segurança do trabalho nos ateliers de calçados no município de Nova Hartz, a partir do estudo das memórias de trabalhadoras em um atelier, nas atividades de costuras, através da análise documental (referencial teórico), bem como a realização de entrevistas nas quais pode-se entender toda a construção da trajetória destas trabalhadoras. Fundamentando-se nos resultados obtidos com as costureiras, pode-se concluir, para essa realidade, que o conhecimento do ofício da indústria calçadista é transmitido de geração em geração, desde a tenra idade, concentrando-se no meio familiar a predominância desta passagem de conhecimentos, o que cria um saber para exercer tal trabalho. Esse saber incorpora os cuidados para com a segurança do trabalho, mas não tem a devida percepção de possíveis agravos à saúde decorrentes das atividades, visto o entendimento delas dos desconfortos informados.

Palavras-chave: memória social; indústria calçadista; saberes do trabalho; segurança do trabalho.

ABSTRACT

In the economy of the state of Rio Grande do Sul, the footwear sector is one of the main generators of income and employment. In 2024, there was a turnover of approximately 485.4 million dollars, according to data from Abicalçados (2025). The history of this industry is intertwined with German immigration, with the Sinos River Valley and Paranhana River Valley regions being the largest concentration of companies in this productive sector. The social memory of its workers is intertwined with the production of footwear and their various occupations along the production chain. The objective of this thesis is to investigate the knowledge of work in relation to the promotion of workplace safety in shoe workshops in the municipality of Nova Hartz, based on the study of the memories of workers in a workshop, focusing on sewing activities. Based on the results obtained with the seamstresses, it can be concluded, for this reality, that the knowledge of the craft of the footwear industry is passed down from generation to generation, creating a knowledge base for performing such work. This knowledge incorporates workplace safety measures but does not have the proper perception of possible health issues resulting from the activities.

Keywords: social memory; footwear industry; work knowledge; workplace safety.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Localização do município de Nova Hartz, no Vale do Rio dos Sinos e no estado do Rio Grande do Sul.....	16
Figura 2 – Classificação da indústria calçadista, conforme o CNAE	23
Figura 3 – Denominação das partes de um calçado	25
Figura 4 – Tipos de pesquisa científica	36
Figura 5 – Processo produtivo do calçado - empresa matriz.....	38
Figura 6 – Etapas de produção do calçado.....	38
Figura 7 – Desenvolvimento de uma análise.....	41
Figura 8 – Vista interna do atelier (a)	43
Figura 9 – Vista interna do atelier (b)	44
Figura 10 – Sistema de climatização.....	44
Figura 11 – Disposição da produção (a)	45
Figura 12 – Disposição da produção (b)	45
Figura 13 – Instalações sanitárias e copa	46
Figura 14 – Fornecimento de água potável.....	46
Figura 15 – Sinalização horizontal	47
Figura 16 – Organização de materiais	47
Figura 17 – Deslocamento das trabalhadoras, a partir dos locais de nascimento.....	50
Figura 18 – Escolaridade das entrevistadas	52
Figura 19 – Concentração de mão de obra por faixa etária	53
Figura 20 – Transmissão intergeracional do saber do trabalho.....	57
Figura 21 – Inter-relação entre pensadores de memória social	60

LISTAS DE QUADROS E TABELAS

Quadro 1 – Excertos de justificativas de deslocamento	51
Quadro 2 – Respostas sobre a pergunta como começou, por categorias costureiras e excerto da entrevista	54
Quadro 3 – Por que trabalhar em atelier	61
Quadro 4 – Explicação na categoria “sobre segurança”	63
Tabela 1 – Indicadores de acidentes de trabalho – segundo o CNAE (2019).....	21
Tabela 2 – Naturalidade das costureiras	49

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
1.1	Memorial da Pesquisadora	13
1.2	Delimitação de pesquisa e problema.....	15
1.2	Objetivos	16
<i>1.2.1</i>	<i>Objetivo Geral.....</i>	<i>17</i>
<i>1.2.2</i>	<i>Objetivos Específicos</i>	<i>17</i>
1.3	Justificativa do estudo da tese	17
2	REFERENCIAL TEÓRICO	26
2.1	Memória social.....	26
2.2	Patrimônio industrial e desenvolvimento socioeconômico	31
2.3	Saberes do trabalho	33
3	METODOLOGIA.....	36
3.1	Campo da pesquisa.....	37
3.2	Técnica de coleta e análise de dados	39
4	ENTREVISTAS.....	43
4.1	Instrumentos de pesquisa - entrevistas	47
5	ANÁLISE DOS RESULTADOS.....	49
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	67
	REFERÊNCIAS	70

1 INTRODUÇÃO

Na região do Vale do Rio dos Sinos, estado do Rio Grande do Sul (RS), há uma forte produção de calçados, conforme dados da Abicalçados (2025, p. 21). O Vale do Rio dos Sinos, em 2024, correspondeu a 47,2% da produção do RS, algo em torno de 95,7 milhões de pares. Seus trabalhadores fazem parte de um segmento suscetível a sofrer doenças e acidentes relacionados à atividade da produção. Da mesma forma que há grandes estabelecimentos, há os prestadores de serviço, denominados ateliers. “No contexto da indústria calçadista, entende-se por atelier uma empresa que presta serviços de produção – corte, costura, pré-fabricação, bordados e outros – a um fabricante de calçados, sem ser detentora do produto acabado” (Abicalçados, 2025, p. 18).

Elegeu-se o município de Nova Hartz como delimitação geográfica para a pesquisa, visto que este se caracteriza pela concentração de indústrias calçadistas, que se utilizam de empresas terceirizadas, ou ateliers, para a realização de etapas na montagem dos calçados. De acordo com os dados do IBGE-Cidades (2025), pelos dados do censo de 2022, o município possui 20.088 habitantes, distribuídos numa área de 62.088 Km². Sua taxa de escolarização de 6 a 14 anos de idade (2022) é de 100,0%, com PIB per capita (2022) de R\$ 36.379,38, Índice de desenvolvimento humano municipal (IDHM) (2022) de 0,689. Em 2022, o salário médio mensal era de 1,8 salário-mínimo, sendo que a população ocupada em postos de trabalho formais era de 8.757.

A apresentação e análise das memórias, construídas a partir das vivências das trabalhadoras da atividade de costuras, tanto pessoais quanto laborais, a construção dos saberes de suas atividades, além da percepção sobre a segurança do trabalho, é o objetivo deste trabalho.

A presente tese está estruturada de forma a oferecer uma compreensão gradual e aprofundada do tema em questão. O Capítulo 1, intitulado Introdução, apresenta os elementos iniciais da pesquisa e é subdividido nas seguintes seções: o memorial da pesquisadora, que contextualiza a trajetória pessoal e profissional que motivou o estudo; a delimitação e o problema de pesquisa, que esclarecem os limites do estudo e a questão central que orienta a investigação; os objetivos, que delineiam as metas que se pretendem alcançar com a pesquisa; além da justificativa, que fundamenta a relevância do estudo.

O Capítulo 2 dedica-se ao Referencial Teórico, um levantamento conceitual e teórico essencial para a compreensão das bases que sustentam o estudo. Esse capítulo está organizado em três seções: memória social, que explora as relações entre memória e identidade coletiva; patrimônio industrial, que aborda a preservação e o significado dos bens industriais no contexto contemporâneo; e saberes do trabalho, no qual se investigam as práticas e conhecimentos construídos no ambiente de trabalho ao longo do tempo.

O Capítulo 3, referente à Metodologia, detalha os procedimentos adotados na realização da pesquisa. Subdivide-se em duas partes: o campo de pesquisa, que descreve o contexto e os sujeitos envolvidos na investigação, e as técnicas de coleta e análise de dados, que explicam os instrumentos utilizados para a obtenção e interpretação das informações.

No Capítulo 4, intitulado Entrevistas, são apresentados os resultados obtidos a partir da aplicação de entrevistas, com uma descrição do processo de realização das entrevistas e uma análise dos dados coletados. A seção está dividida entre a aplicação das entrevistas, que descreve a metodologia empregada na condução das entrevistas, e os resultados, que apresentam as principais conclusões derivadas da análise dos depoimentos.

O Capítulo 5 é dedicado à Análise dos Resultados, no qual as informações extraídas das entrevistas são analisadas e discutidas à luz dos conceitos e teorias apresentados no referencial teórico, permitindo uma reflexão crítica sobre os achados da pesquisa.

Por fim, o Capítulo 6 reúne as Considerações Finais, que sintetizam os principais resultados do estudo, as limitações da pesquisa e as possíveis direções para futuras investigações.

1.1 Memorial da Pesquisadora

Para que se compreenda a trajetória e a relação com o tema de pesquisa, a seguir apresenta-se o memorial da autora. Formada em Engenharia Civil (1991), pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), com atuação na execução de obras de infraestrutura (redes de água, de esgoto e sistemas de drenagem), pavimentação de vias públicas e privadas, bem como obras de construção civil

(edificações, reservatórios), sistemas de bombeamento e recalque, por aproximadamente dez anos.

No ano de 2003, a autora concluiu a Especialização em Engenharia de Segurança do Trabalho (UFRGS), sob a orientação do Prof. Dr. Fernando Gonçalves Amaral, tendo realizado o trabalho de conclusão denominado: *Análise ergonômica pelo método OWAS¹ em trabalhos de implantação de sistemas de esgoto*, ao que passou a atuar como engenheira de segurança do trabalho, desenvolvendo suas atividades nos segmentos da construção civil, construção rodoviária, manutenção industrial, química e petroquímica, bem como pôde exercer a docência na disciplina de Ergonomia, na Escola Técnica Factum, localizada em Porto Alegre/RS, para o curso Técnico de Segurança do Trabalho e Enfermagem do Trabalho.

Em função das novas atividades e atribuições, a autora identificou-se com a área de Ergonomia, visto ser a ciência que interliga Engenharia, Física, Fisiologia, Psicologia, Sociologia, Educação, entre outros; nessa nova perspectiva, ingressou no Mestrado em Engenharia de Produção, com ênfase em Sistemas de Produção e Ergonomia, quando produziu o estudo *Instalações de britagem, condições de trabalho e de processo: uma abordagem de saúde e segurança*, também sob orientação do Prof. Dr. Fernando Gonçalves Amaral, no ano de 2006. O assunto abordado foi escolhido em função do seu segmento de atuação e a falta de estudos específicos sobre o tema Ergonomia.

Em 2009, a autora foi convidada a lecionar, no curso de Engenharia de Produção, na Faculdades Integradas de Taquara (FACCAT), as disciplinas de Segurança do Trabalho e Ergonomia. Posteriormente, foi aberto o curso de Tecnologia de Gestão da Qualidade na instituição, ao que passou a lecionar as mesmas disciplinas, atividade que exerce até a data atual.

A partir do convívio com os alunos da FACCAT e das contribuições durante as aulas, começou a observar uma realidade até então desconhecida: a indústria calçadista, que apresenta características ora de uma indústria moderna, ora de um processo artesanal nas etapas produtivas. Isso despertou seu interesse pelo estudo dessas condicionantes, os quais foram inicialmente propostos no projeto de tese, qualificado em março de 2023, culminando na apresentação deste documento final, a tese.

¹ OWAS - *Ovaco Working Posture Analysing System* (em tradução livre - Sistema de análise postural de trabalho Ovaco).

1.2 Delimitação de pesquisa e problema

Como destacado anteriormente, a partir das atividades acadêmicas desenvolvidas, tendo contato com a realidade dos municípios de abrangência da FACCAT: Taquara, a sede, Parobé, Igrejinha, Três Coroas, Rolante, Riozinho, Lindolfo Collor, Morro Reuter, Presidente Lucena e Santa Maria do Herval (Vale do Rio Paranhana), bem como algumas cidades pertencentes ao Vale do Rio dos Sinos, quais sejam: Araricá, Nova Hartz, Dois Irmãos, Portão, Campo Bom, Parobé e Sapiranga, construiu-se esta pesquisa.

Na região mencionada, é preciso dizer, concentra-se uma forte produção calçadista, conforme dados da Associação Brasileira das Indústrias de Calçados (Abicalçados, 2024, p. 22)

O Vale do Rio dos Sinos (maior polo gaúcho), em 2023, correspondeu a 44,4% da produção do RS, algo em torno de 91,7 milhões de pares, sendo um segmento suscetível à ocorrência de doenças e acidentes relacionados à atividade da produção. Da mesma forma que existem grandes estabelecimentos, há outros que são prestadores de serviço para as empresas maiores, denominados ateliers, podendo desenvolver desde uma etapa do processo de produção até o calçado completo.

Com a pré-disponibilidade de uma indústria para participar da pesquisa, o município de Nova Hartz foi escolhido como delimitação geográfica. Isso se deve ao fato de que a cidade abriga uma concentração significativa de indústrias calçadistas, que frequentemente terceirizam etapas da montagem dos calçados para empresas conhecidas como ateliers.

A Figura 1 apresenta um mapa que delimita os municípios pertencentes ao Vale do Rio dos Sinos, onde está localizada a cidade de Nova Hartz. Este mapa foi elaborado pelo Observatório da Realidade e das Políticas Públicas do Vale do Rio dos Sinos – ObservaSinos. A Figura 1 inicia com a delimitação do estado do Rio Grande do Sul (RS) em relação à área total do Brasil, destacando sua localização no extremo sul do país. Embora não mencionado na imagem, é importante destacar que o RS faz divisa com o estado de Santa Catarina, o Oceano Atlântico e dois países latino-americanos: Uruguai e Argentina. A partir do mapa do RS, é possível identificar a região metropolitana de Porto Alegre, capital do estado, e, em seguida, delimitar o Vale do Rio dos Sinos, onde se encontra o município de Nova Hartz, objeto do presente estudo.

Figura 1 – Localização do município de Nova Hartz, no Vale do Rio dos Sinos e no estado do Rio Grande do Sul



Fonte: ObservaSinos (2021).

A Figura 1 mostra o município de Nova Hartz, localizado no limite superior da região metropolitana, fazendo divisa com municípios do Vale do Rio Paranhana.

O estudo será focado em um grupo específico de trabalhadores: as(os) costureiras(os), profissionais especializados(as) na produção de calçados. Para atingir o nível de costureira(o), o(a) trabalhador(a) antes desenvolve diversas funções dentro da indústria calçadista, sendo, portanto, uma posição bastante valorizada pelas empresas.

A história da indústria calçadista remonta há mais de um século, com sua maior concentração na região do Vale do Rio dos Sinos. A partir dessa premissa, junto às costureiras que atuam em ateliers de calçados no município de Nova Hartz, busca-se compreender quais são as memórias construídas a partir das vivências das trabalhadoras, tanto pessoais quanto do trabalho, a construção dos saberes de suas atividades, levando-se em conta suas percepções sobre a segurança do trabalho?

1.2 Objetivos

A seguir serão apresentados o objetivo geral e específicos.

1.2.1 *Objetivo Geral*

Analisar os saberes do trabalho com relação à promoção da segurança do trabalho nos ateliers de calçados no município de Nova Hartz, a partir do estudo das memórias das trabalhadoras nas atividades de costuras.

1.2.2 *Objetivos Específicos*

- Discutir a construção dos saberes do trabalho e os reflexos nas atividades desempenhadas no atelier de costuras;
- Analisar os saberes do trabalho na promoção da saúde e segurança do trabalho em atelier de calçados;
- Discutir a contribuição da memória social e dos saberes do trabalho para a construção de uma cultura de segurança local.

1.3 **Justificativa do estudo da tese**

Conforme dados publicados no Anuário Estatístico de Acidentes do Trabalho 2020 (2020), no ano de 2019² ocorreram no Brasil 586.857 acidentes de trabalho. Isso significa que mais de meio milhão de seres humanos tiveram interrompidos os seus sonhos, desejos e suas vidas. Tal estatística reflete o quanto ainda se deve fazer em termos de segurança do trabalho e saúde ocupacional no país.

Para um melhor entendimento do que significa acidente de trabalho, transcreve-se, a seguir, a definição dada pela Previdência Social, conforme a Lei Nº 8213, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências, a saber:

Art. 19. **Acidente do trabalho** é o que ocorre pelo exercício do trabalho a serviço de empresa ou de empregador doméstico ou pelo exercício do trabalho dos segurados referidos no inciso VII do art. 11 desta Lei, provocando lesão corporal ou perturbação funcional que cause a morte ou a perda ou redução, permanente ou temporária, da capacidade para o trabalho. [...]

² Optou-se pela utilização de dados de 2019, visto que, a partir de 2020, iniciou-se o período pandêmico de Covid-19 (doença provocada pelo coronavírus, decorrente da síndrome respiratória aguda grave, SARS-CoV-2).

Ou seja, simplificadamente, o acidente de trabalho é um evento que acontece enquanto o empregado está a serviço da empresa e que cause um dano físico ou funcional, resultando na sua incapacidade de trabalhar (temporária, permanente ou até mesmo a morte).

Da mesma forma, acresce-se no escopo de acidente do trabalho, nos termos da Previdência Social:

Art. 20. **Consideram-se acidente do trabalho**, nos termos do artigo anterior, as seguintes entidades mórbidas:

I - **doença profissional**, assim entendida a produzida ou desencadeada pelo exercício do trabalho peculiar a determinada atividade e constante da respectiva relação elaborada pelo Ministério do Trabalho e da Previdência Social;

II **doença do trabalho**, assim entendida a adquirida ou desencadeada em função de condições especiais em que o trabalho é realizado e com ele se relacione diretamente, constante da relação mencionada no inciso I.

[...]

Art. 21. **Equiparam-se também ao acidente do trabalho**, para efeitos desta Lei:

I - o acidente ligado ao trabalho que, embora não tenha sido a causa única, haja contribuído diretamente para a morte do segurado, para redução ou perda da sua capacidade para o trabalho, ou produzido lesão que exija atenção médica para a sua recuperação;

II - o acidente sofrido pelo segurado no local e no horário do trabalho, em consequência de:

a) ato de agressão, sabotagem ou terrorismo praticado por terceiro ou companheiro de trabalho;

b) ofensa física intencional, inclusive de terceiro, por motivo de disputa relacionada ao trabalho;

c) ato de imprudência, de negligência ou de imperícia de terceiro ou de companheiro de trabalho;

d) ato de pessoa privada do uso da razão;

e) desabamento, inundação, incêndio e outros casos fortuitos ou decorrentes de força maior;

III - a doença proveniente de contaminação acidental do empregado no exercício de sua atividade;

IV - o acidente sofrido pelo segurado ainda que fora do local e horário de trabalho:

a) na execução de ordem ou na realização de serviço sob a autoridade da empresa;

b) na prestação espontânea de qualquer serviço à empresa para lhe evitar prejuízo ou proporcionar proveito;

c) em viagem a serviço da empresa, inclusive para estudo quando financiada por esta dentro de seus planos para melhor capacitação da mão-de-obra, independentemente do meio de locomoção utilizado, inclusive veículo de propriedade do segurado;

d) no percurso da residência para o local de trabalho ou deste para aquela, qualquer que seja o meio de locomoção, inclusive veículo de propriedade do segurado.

§ 1º Nos períodos destinados a refeição ou descanso, ou por ocasião da satisfação de outras necessidades fisiológicas, no local do trabalho ou durante este, o empregado é considerado no exercício do trabalho.

§ 2º Não é considerada agravação ou complicação de acidente do trabalho a lesão que, resultante de acidente de outra origem, se associe ou se

superponha às consequências do anterior (Brasil, 1991, página eletrônica, grifos da autora).

Entendendo-se que estas características adicionais se equiparam ao acidente típico, pois este tem um caráter mais imediatista e as doenças possuem um tempo maior para a caracterização, assim como há situações adicionais que ficam próximo ao que se pode dizer de acidentes por equiparação, sendo o caso de: agressões, atos de negligência de terceiros, entre outros.

Deve-se compreender, pela legislação, que todos os dados, análises e políticas desenvolvidas no Brasil são embasados nesses conceitos, não se permitindo interpretações diversas.

É importante salientar que as definições de acidente de trabalho e doença ocupacional são dadas pelo atual Ministério da Previdência Social, e não pelo Ministério do Trabalho, pois quem controla os afastamentos e, consequentemente, os gastos afins, é a primeira pasta.

O setor calçadista representa um papel importante na economia do estado do Rio Grande do Sul, sobretudo em emprego e geração de renda: pelos dados de 2024, houve um faturamento na ordem de 485,4 milhões de dólares (Abicalçados, 2025). A indústria encontra-se concentrada nas regiões do Vale do Rio dos Sinos e Vale do Rio Paranhana, por décadas. Notou-se, no presente caso, que esta condição, de manutenção de uma determinada atividade econômica, em uma dada região, permitiu que gerações estivessem e estejam envolvidas nos processos produtivos do calçado, tendo criado uma cultura calçadista.

As empresas estão distribuídas pelos diversos municípios que compõem esses dois vales, mas há uma rede de pequenos empreendedores que “orbita” os grandes produtores, realizando atividades parciais na confecção dos calçados. Esses locais são denominados ateliers. Nas últimas três décadas, deve-se enfatizar, muitas empresas encerraram ou reduziram suas operações no Rio Grande do Sul, migrando para os estados do Nordeste do Brasil, onde receberam incentivos fiscais com o objetivo de gerar empregos nessas regiões.

De acordo com dados da Associação Brasileira da Indústria de Calçados – Abicalçados (2019), a indústria calçadista representa 4% do PIB da indústria de transformação nacional. As empresas estão distribuídas em 13 polos calçadistas espalhados pelo país, sendo o Vale do Rio dos Sinos, no Rio Grande do Sul, o mais antigo, e outros mais recentes, como os do Ceará. No Brasil, há mais de seis mil

empresas, gerando aproximadamente 270 mil postos de trabalho diretos e contribuindo para a riqueza das cidades. O Brasil é o quarto maior produtor de calçados do mundo, com uma produção anual de cerca de 944 milhões de pares (2018), dos quais 115 milhões são exportados (2019) (Abicalçados, 2019).

Os dois maiores produtores de calçados do país são o Ceará, que responde por 27% da produção total, e o Rio Grande do Sul, que contribui com 20% (2018). No entanto, essa situação se inverte quando se trata de exportações: o maior exportador de calçados do Brasil é o Rio Grande do Sul, seguido pelo Ceará e São Paulo (em termos de faturamento gerado, em 2019) (Abicalçados, 2019). É importante considerar que esses estados possuem uma diversidade de atividades econômicas, cada uma com suas próprias condições de execução e riscos diferenciados.

Ao analisar os dados de eventos de segurança do trabalho e saúde ocupacional ocorridos nesses estados, observa-se uma inversão nos números. Para ilustrar essa condição, apresenta-se a Tabela 1, que compila dados dos estados do Rio Grande do Sul (RS), São Paulo (SP), Ceará (CE) e Paraíba (PB). Os dois primeiros têm décadas de experiência na produção de calçados, enquanto os dois últimos são “novatos” nessa atividade, distribuídos a partir do Cadastro Nacional de Atividades Econômicas (CNAE).

Ressalta-se que os dados constantes na Tabela 1 necessitam, para melhor entendimento, serem considerados a partir da definição dada pela Previdência Social, de cada indicador, definições estas extraídas do Anuário Estatístico de Acidentes do Trabalho (AEAT, 2017, p. 665-667), quais sejam:

a. Taxa de incidência de acidentes de trabalho

A taxa de incidência é um indicador da intensidade com que acontecem os acidentes do trabalho. Expressa a relação entre as condições de trabalho e o quantitativo médio de trabalhadores expostos àquelas condições. Esta relação constitui a expressão mais geral e simplificada do risco. Seu coeficiente é definido como a razão entre o número de novos acidentes do trabalho a cada ano e a população exposta ao risco de sofrer algum tipo de acidente (AEAT, 2017, p. 665).

Sendo calculada pela seguinte fórmula:

$$\frac{\text{número de novos casos de acidentes do trabalho registrados e não registrados}}{\text{número médio anual de vínculos}} * 1.000$$

b. Taxa de incidência específica para doenças do trabalho. Essa taxa é calculada segundo a seguinte fórmula:

$$\frac{\text{número de novos casos de doenças relacionadas ao trabalho}}{\text{número médio anual de vínculos}} * 1.000$$

c. Taxa de incidência específica para acidentes do trabalho típicos. Essa taxa é calculada segundo a seguinte fórmula:

$$\frac{\text{número de novos casos de acidentes do trabalho típicos}}{\text{número médio anual de vínculos}} * 1.000$$

d. Taxa de incidência específica para incapacidade temporária. Essa taxa é calculada segundo a seguinte fórmula:

$$\frac{\text{número de acidentes que resultaram em incapacidade temporária}}{\text{número médio anual de vínculos}} * 1.000$$

Os dados utilizados para o cálculo dessas taxas são extraídos dos relatórios que as empresas encaminham para os diversos setores da União, como: Relatório Anual de Informações Sociais (RAIS), Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), Guia de Recolhimento do FGTS e de Informações à Previdência Social (GFIP) e a Comunicação de Acidente de Trabalho (CAT).

Salienta-se que, a partir de 2018, conforme cronograma de implantação, todas as informações pertinentes às questões trabalhistas são informadas pelo Sistema de Escrituração Fiscal Único do Governo Federal, denominado eSocial.

Tabela 1 – Indicadores de acidentes de trabalho – segundo o CNAE (2019)

Estado	CNAE	Indicadores de Acidentes do Trabalho			
		Incidência (por mil vínculos)	Incidência de Doenças Ocupacionais (por mil vínculos)	Incidência de Acidentes Típicos (por mil vínculos)	Incidência de Incapacidade Temporária (por mil vínculos)
Rio Grande do Sul	1531	5,82	0,16	3,24	5,37
	1532	5,09	-	2,26	5,09
	1533	14,83	-	10,46	11,14
	1539	9,89	-	6,59	7,86
	1531	9,38	0,05	4,59	9,09
São Paulo	1532	2,02	-	2,02	2,02
	1533	9,39	0,13	4,7	8,74
	1539	10,47	-	4,07	9,89
	1531	13,56	0,14	4,49	13,27
Ceará	1532	12,71	-	5,51	12,71

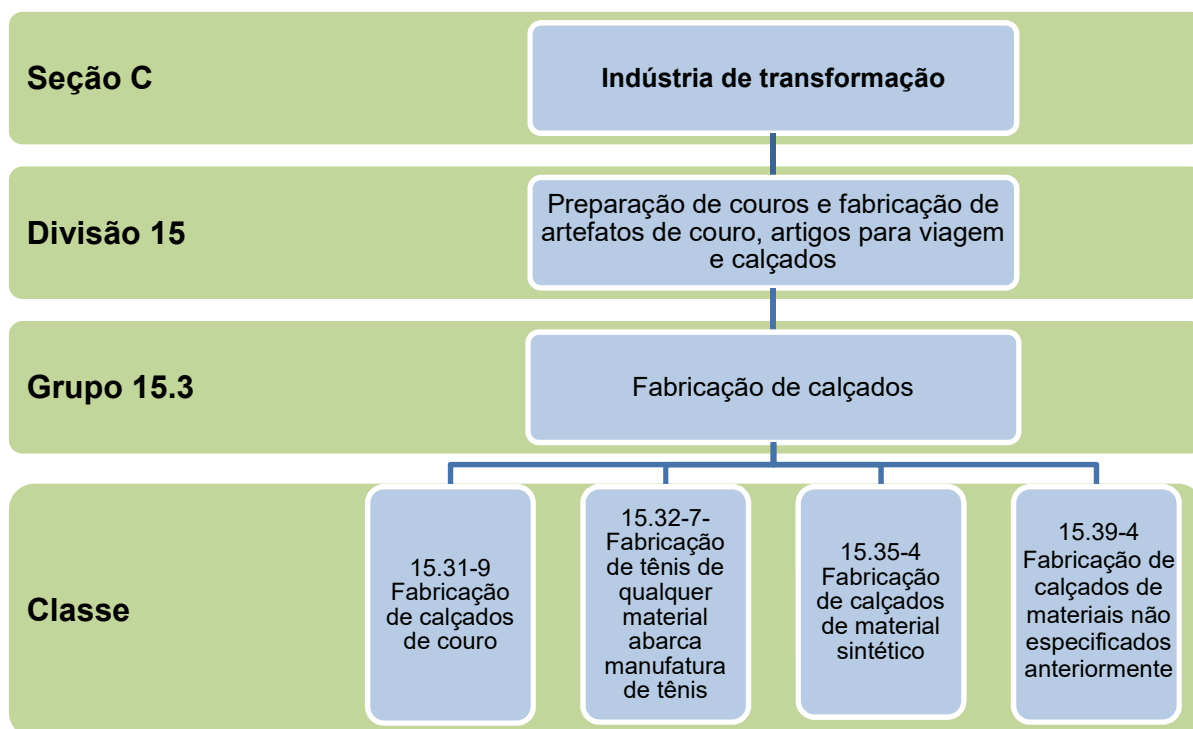
Estado	CNAE	Indicadores de Acidentes do Trabalho			
		Incidência (por mil vínculos)	Incidência de Doenças Ocupacionais (por mil vínculos)	Incidência de Acidentes Típicos (por mil vínculos)	Incidência de Incapacidade Temporária (por mil vínculos)
Paraíba	1533	11,86	0,08	5,36	11,11
	1539	20,78	0,09	14,58	16,13
	1531	2,02	-	-	2,02
	1532	47,48	1,29	2,16	47,05
	1533	3,46	-	-	3,46
	1539	17,39	2,82	3,88	15,62

Fonte: Brasil. AEAT (2019).

Note-se que os dados da Tabela 1 mostram que o número de acidentes e doenças registrados junto à Previdência Social são maiores em estados mais “jovens” na produção calçadista, em oposição aos estados mais “antigos”. Isso representa que essas décadas de produção agregaram, possivelmente, uma cultura calçadista que se reflete nos eventos acidentários.

Esclarece-se que a classificação dos calçados se dá de acordo com o material predominante na confecção do cabedal (couro, sintético, têxtil, etc.), qualquer que seja a natureza dos materiais empregados no forro, solado, etc., sendo assim constituída (Figura 2), de acordo com o (CNAE) (IBGE, 2023).

Figura 2 – Classificação da indústria calçadista, conforme o CNAE



Fonte: Elaborado pela autora (2023).

A CNAE é a classificação oficialmente adotada pelo Sistema Estatístico Nacional na produção de estatísticas por tipo de atividade econômica, e pela Administração Pública, na identificação da atividade econômica em cadastros e registros de pessoa jurídica (IBGE, 2023, página eletrônica).

Pela análise dos dados da Tabela 1, pode-se depreender que: na produção de calçados em couro, o RS, seguido por SP, possuem taxa menor, o que significa que ocorrem menos acidentes com os trabalhadores destes estados. No entanto, ao observar o indicador da Paraíba, este possui o menor valor, mas, em função dos demais indicadores do estado, observa-se que ele possui uma pequena cadeia produtiva de calçados em couro, por isso a distorção.

Já quando se trata da produção de tênis de qualquer material, RS e SP mantêm-se com taxas menores do que as do CE e PB. Mas o valor gritante é o da PB, ficando 8,16 vezes maior que o indicador gaúcho e 23,5 vezes maior que o de SP.

Na categoria de calçados de material sintético, o RS possui a maior taxa, seguido por CE, SP e PB. Há possibilidade de interpretar que esse nível esteja vinculado ao maior número de trabalhadores na região. Porém, na produção de calçados de materiais não especificados anteriormente, os estados do Nordeste assumem o maior número de ocorrências.

De modo geral, é possível verificar diferenças significativas de indicadores, mostrando que há algo a ser analisado devido a uma incidência maior de acidentes no Nordeste.

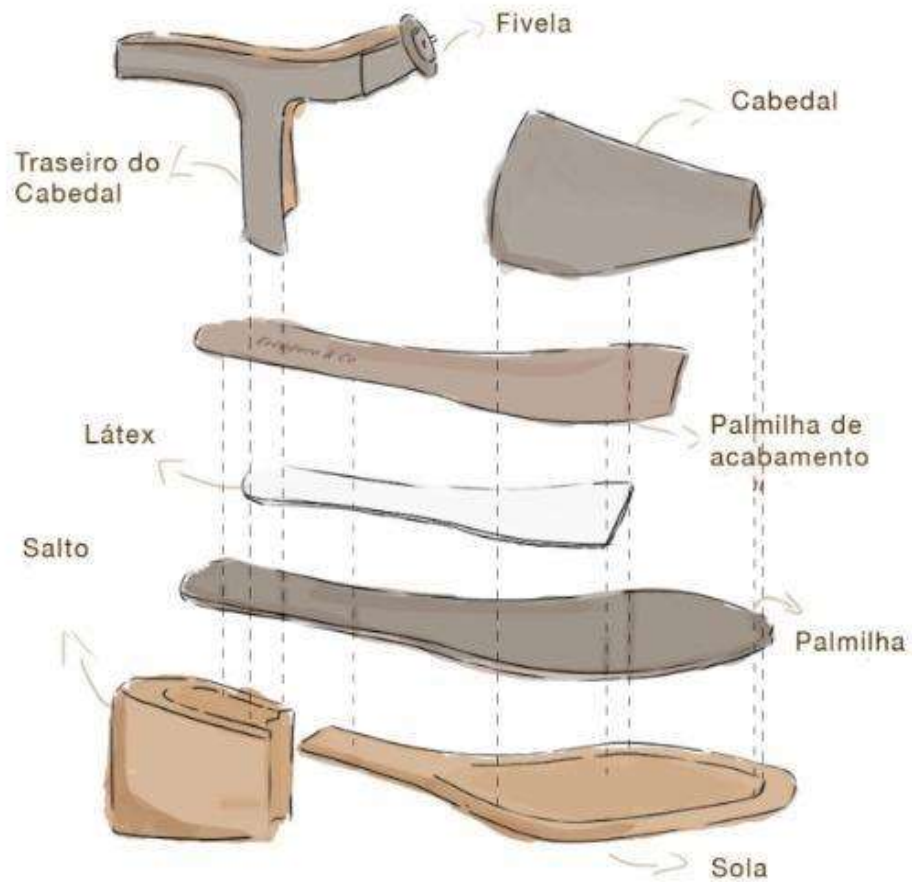
Ao se analisar a incidência de doenças ocupacionais, observa-se que os valores obtidos são baixos ou nulos, o que sugere que não há indícios denexo causal entre possíveis doenças e as atividades desenvolvidas.

No entanto, quando se trata da incidência de acidentes típicos e da incapacidade temporária, a situação é diferente. O Ceará lidera tanto em acidentes típicos quanto em incapacidade temporária, seguido pela Paraíba. Esses dois estados apresentam altas taxas de gravidade.

A Tabela 1, em conjunto com a Figura 2, revela que o recorte da pesquisa está inserido na Seção C – Indústria de Transformação; Divisão 15 – Preparação de Couros e Fabricação de Artefatos de Couro, Artigos para Viagem e Calçados; Grupo 15.3 – Fabricação de Calçados. Dentro desse grupo, as classes são as seguintes: Classe 15.31-9: Fabricação de calçados de couro, incluindo calçados esportivos, calçados para segurança pessoal e profissional, e serviços de costura e pesponto de calçados de couro; Classe 15.32-7: Fabricação de tênis de qualquer material, abrangendo a manufatura de tênis; Classe 15.35-4: Fabricação de calçados de material sintético, incluindo calçados esportivos e para segurança pessoal e profissional; Classe 15.39-4: Fabricação de calçados de materiais não especificados anteriormente, como madeira, tecidos, fibras, borracha e outros materiais, incluindo calçados esportivos e para segurança pessoal e profissional.

A título de conhecimento, apresenta-se a Figura 3, com as denominações das partes que compõem um calçado.

Figura 3 – Denominação das partes de um calçado



Fonte: Elaborado pela autora a partir de Escudero (2023).

Como pode ser observado na Figura 3, os calçados são compostos por diversas peças. Algumas dessas peças são adquiridas como matéria-prima e cortadas na própria empresa, como é o caso do cabedal, do traseiro do cabedal e da palmilha. Além disso, há a aquisição de peças prontas, como o salto, a sola, a fivela e outros acessórios, que são utilizados conforme o modelo do calçado.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Este capítulo apresenta o referencial teórico que baliza a presente tese. O objetivo central é estabelecer o diálogo conceitual necessário para fundamentar a análise do objeto de estudo, buscando-se construir uma estrutura analítica que não só incorpore o conhecimento consolidado na área, mas exponha os limites encontrados. A revisão se organiza em torno de três tópicos: inicialmente, abordam-se as contribuições dos pensadores da memória social, cruciais para definir o ponto de partida; em seguida, traz-se o tópico patrimônio industrial e do desenvolvimento socioeconômico, para contextualizar a indústria calçadista, sob o enfoque nacional, regional e local, trazendo a importância desse segmento produtivo para o Vale do Rio dos Sinos, e, por fim, examina-se o que há na perspectiva dos saberes do trabalho. Essa estruturação, somada aos conceitos e dados trazidos na justificativa do estudo, visa posicionar criticamente este estudo e, juntamente com os demais capítulos, construir a interdisciplinaridade entre campos de estudo diversos.

2.1 Memória social

A memória social possui diversas definições, ante o que, no presente estudo, faz-se um apanhado dessas definições. Gondar (2016, p. 19) afirma que a memória social é, simultaneamente, acúmulo e perda, arquivo e restos, lembrança e esquecimento. Portanto, não pode ser definida de maneira unívoca por nenhuma área de conhecimento. Gondar complementa: “quando o real passa a ser encarado como algo complexo e múltiplo, os procedimentos transdisciplinares são requeridos, admitindo-se então que nenhuma disciplina isolada é capaz de responder a essa complexidade”.

Por outro lado, Pollak (1992, p. 200) entende que

[...] a memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual como coletiva, na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si.

De outra forma, Dodebei (2016, p. 127) traz uma consideração importante, na qual “ao aproximarmos memória e informação, procuramos criar um cenário propício

à reflexão no âmbito da cultura contemporânea e um ângulo de observação sobre os pontos de contato entre a memória social e as ciências da informação e da comunicação”.

Diante da vasta literatura sobre o conceito de memória social, nesta tese serão considerados três autores clássicos, especificamente: Halbwachs, Candau e Bourdieu.

Inicia-se pelos estudos de Halbwachs, filósofo francês, que discorre sobre a memória individual e memória coletiva, e que, em dado momento, menciona:

No primeiro plano da memória de um grupo se destacam as lembranças dos acontecimentos e das experiências que concernem ao maior número de seus membros e que resultam quer de sua própria vida, quer de suas relações com os grupos mais próximos, mais frequentemente em contato com ele (Halbwachs, 1990, p. 45).

Da mesma forma, complementa:

De uma maneira ou de outra, cada grupo social empenha-se em manter uma semelhante persuasão junto a seus membros.

[...]

[...] na medida que cedemos sem resistência a uma sugestão de fora, acreditamos pensar e sentir livremente. É assim que a maioria das influências sociais que obedecemos com mais frequência nos passam desapercibidas. Da mesma maneira, e talvez com mais razão ainda, quando no ponto de encontro de várias correntes de pensamento coletivo que se cruzam em nós se produz um desses estados complexos, onde queremos ver um acontecimento único, que não existirá a não ser para nós (Halbwachs, 1990, p. 47).

A partir do excerto, pode-se perceber que o conceito de memória é fundamental para ampliar a percepção das narrativas históricas. Gondar entende que a memória é um produto social, no qual características ou fatos sociais, espaciais e temporais são compartilhados e assimilados por um determinado grupo. Portanto, a memória coletiva fornece dados para a constituição das memórias individuais, ou seja, estão interligadas.

Exemplos dessa estrutura incluem as memórias das pessoas de sua família, da escola, do clube, da faculdade e do trabalho, que são frequentemente chamadas de memórias individuais. Na verdade, essas memórias são uma resignificação das memórias coletivas. As memórias individuais são um reflexo, uma interpretação das memórias coletivas no espaço e tempo em que o indivíduo está inserido. Ou seja, o

grupo ao qual a pessoa pertence também deve ter algum contato ou rememoração dessas memórias individuais.

Desse modo, pode-se dizer que as memórias coletivas:

- a. São buscadas no passado, em fatos que de alguma forma se relacionam com o presente;
- b. Podem ser literalmente esquecidas;
- c. Podem ser de distintas formas, seja sobre valores, nacionalidade, religiosidade, entre outras;
- d. Garantem a integração do indivíduo em seu grupo social e fornecem os dados para que este se integre ao meio, possa agir e formar (moldar) sua própria memória individual.

A partir desses conceitos, pode-se, em um primeiro momento, considerar a possibilidade de que esse fenômeno ocorra na comunidade de Nova Hartz, em uma estrutura produtiva calçadista.

Para corroborar as definições de Halbwachs (1990), traz-se o estudo de Pierre Bourdieu, sociólogo, que define os conceitos de *habitus* e campo. Esses dois contextos são de vital importância quando se pretende verificar se há correlação entre a ancestralidade dos trabalhadores da indústria calçadista no município de Nova Hartz e a ocorrência de acidentes de trabalho.

Bourdieu, em seu livro *Sociologia Geral 2: Habitus e Campo* (1986), que transcreve aulas por ele ministradas, constrói toda a fundamentação para a definição de campo social. Este campo não se refere ao espaço físico, mas ao espaço social, abstrato, simbólico e de lutas sociais. Além disso, Bourdieu (2021) desenvolve a teoria dos capitais, sob a ótica sociológica, entendendo-a como o acúmulo de vantagens somado aos recursos. Esse capital não é apenas monetário, mas engloba tudo aquilo que as pessoas vão acumulando ao longo da vida, passando a ser um capital cultural.

Também de Bourdieu (2021), pode-se apresentar o capital cultural subdividido em três partes:

- a. O estado corporificado – ou seja, a existência física. Esse estado implica um investimento pessoal intenso, pois demanda tempo e esforço para sua aquisição, não podendo ser simplesmente transferido de um agente para outro.
- b. O estado objetificado – diz respeito aos bens culturais materiais, incluindo visitas a museus, viagens, passeios realizados, entre outros.

- c. O estado institucionalizado – consiste no reconhecimento formal, conferido por instituições legitimadas, exemplo: formações (diplomas, cursos, treinamentos). Com isso, o autor afirma que não há merecimento, há oportunidades.

A partir dessa construção, ocorre um processo de socialização, em que há uma relação entre a sociedade e o indivíduo. Para que isso ocorra, existe o *habitus*, que é tudo que foi aprendido em um estágio primário junto à família e, em um estágio secundário, na escola. O *habitus* é simultaneamente estruturado e estruturante: é constituído pelas condições objetivas de existência, mas também contribui para a produção e reprodução dessas mesmas condições.

Por fim, evoca-se Joël Candau (2012, p. 94), sociólogo, que faz seus estudos no campo da memória e identidade, nos quais traz uma máxima: “nem tudo que é memorizável e memorável e, sobretudo, pode sê-lo”. Candau estuda a relação entre memória e identidade, destacando que a memória desempenha um papel crucial na formação da identidade. O que um grupo ou uma sociedade consegue lembrar e escolher esquecer, legítimo ou não, influencia discursos, atitudes, comportamentos e até direcionamentos políticos e sociais.

Portanto, esses dois termos são indissociáveis: não existe busca identitária sem memória, e, ao mesmo tempo, a busca orientada pela memória sempre traz um sentimento de identidade. O interessante na obra de Candau é que ele utiliza conceitos próprios ou os “pega emprestado” de outros autores. No próprio conceito de memória, ele faz uma estratificação em três estágios, embora esses detalhes não sejam apresentados neste momento, ficando para o próximo estágio da pesquisa.

Como autor contemporâneo, Candau refere-se ao avanço da memória no mundo, um fenômeno que ele denomina “memorialização”. Ele argumenta que essa memorialização é estritamente dependente de uma estruturação do tempo, pois, sem marcos temporais, as identificações entre identidade e memória não são possíveis. Portanto, a questão do tempo se torna essencial.

Conforme Halbwachs (1990), o indivíduo que lembra é sempre um indivíduo inserido e habitado por grupos de referência; a memória é sempre construída em grupo, mas é também, sempre, um trabalho do sujeito.

De acordo com Izquierdo (2002), os indivíduos têm a tendência de viver em grupos, estruturando-se e ajustando-se à sociedade, pois não conseguem viver sozinhos e isolados. Para esse fim, interagem socialmente, criam laços, procuram por

peessoas que possuem maior afinidade, que tenham memórias comuns, e, a partir disso, geram uma identidade coletiva ou uma memória social, pois foi vivida em grupo. Assim, percebe-se que a memória pessoal, e em consequência a identidade pessoal, recebe informações gerando interferências coletivas.

Os elementos formadores da memória primeiramente são os fatos ocorridos de fato, ou seja, aqueles que foram efetivamente vividos pelo indivíduo. Em seguida, estão as situações vivenciadas em grupo ou de forma coletiva, às quais o indivíduo está vinculado. Mesmo que essas situações tenham ocorrido com grande distância geográfica, podem resultar em traumas que ficam registrados na memória por longos períodos (Pollak, 1992).

Pollak (1992) argumenta que a memória se assemelha a um acontecimento individual, algo parcialmente íntimo e próprio da pessoa. No entanto, Halbwachs (1990) afirma que a memória deve ser entendida como um evento coletivo e social, ou seja, um acontecimento gerado através do coletivo e sujeito a mudanças, transformações e modificações constantes. Nesse sentido, o autor destaca que, se entendermos essas características inconstantes e mutantes da memória, seja individual ou coletiva, devemos lembrar que, na maioria das memórias, há fatos ou acontecimentos parcialmente constantes e transformáveis.

De acordo com Halbwachs (1990), a partir da compreensão da memória individual, o próximo passo é estabelecer o que é a memória coletiva e a que ela se refere. Quando uma lembrança é vivida por uma pessoa ou repassada a ela, e diz respeito a uma comunidade ou grupo, essa lembrança vai se tornando um patrimônio daquela comunidade. As informações mais relevantes dessas lembranças são repassadas de pessoa a pessoa e constituem a história oral de um determinado lugar ou grupo. Essa memória coletiva tende a idealizar o passado e, na maioria das vezes, vincula-se a um acontecimento pontual, considerado de máxima relevância.

Halbwachs (1990) complementa que a memória social é a essência do conhecimento coletivo, tornando-se coletiva à medida que é compartilhada. Somente os acontecimentos que possuem força de socialização, ou seja, que continuam a ser compartilhados, sobrevivem. O autor ainda relata que a memória coletiva pode ser considerada como a participação da memória individual de cada pessoa para com a situação. Segundo ele, “diríamos voluntariamente que cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva” (Halbwachs, 1990, p. 51).

De acordo com Gondar (2016, p. 18), a memória pode ser entendida como:

[...] uma construção, ela não nos conduz a reconstituir o passado, mas sim a reconstruí-lo com base nas questões que nós fazemos, que fazemos a ele, questões que dizem mais de nós mesmos, de nossa perspectiva presente, que do frescor dos acontecimentos passados.

A memória social, após um longo período de experiência, não é considerada apenas como o passado, mesmo que essas memórias apresentem fatos culturais ocorridos e a própria sociedade em meados do século XX seguindo para o século XXI. Gondar (2016) menciona que a memória social pode ser o passado, mas também pode ser o futuro, em constante transformação, em ordem cronológica ou em progressão (Dodebei, 2016).

Na mesma perspectiva, Halbwachs (1990) acredita que o tempo de duração de uma memória está restrito ao período da memória do grupo. Para que a memória permaneça presente ou viva, é preciso que as relações entre os elementos do grupo não se rompam ou se desfaçam. A separação do elo do grupo gera o risco de a história perder o sentido, através da geração de lacunas que podem ser abertas entre essas memórias.

Na tentativa de unir os conceitos e definições desses estudiosos, pretende-se observar se há a possibilidade de integrar aspectos sociológicos, históricos e de segurança do trabalho na construção dos saberes da indústria calçadista na cidade de Nova Hartz.

A partir da construção histórico-sociológica dos conceitos de memória social e identidade, passa-se à próxima etapa da base teórica deste estudo, quando se aborda outro elemento constitutivo da construção social: o patrimônio industrial e o desenvolvimento socioeconômico do Rio Grande do Sul.

2.2 Patrimônio industrial e desenvolvimento socioeconômico

Há diferentes entendimentos sobre o que compreende o patrimônio industrial e diversas tentativas de uniformizar e definir o que será preservado, ficando a cargo da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) essa mediação.

Todavia, cada vez mais, os debates em torno deste campo e as reflexões vindas da história social, junto a novos olhares sobre o trabalho humano e

sua cultura material, têm demonstrado que há um patrimônio industrial imaterial, um saber fazer ligado à máquina e seu manejo, aos processos produtivos, e que esse saber, assim como outros saberes, requer registro (Rubino; Meneghello, 2005, p. 127).

Em 2003, em conferência realizada na Rússia, pelo The International Committee for Conservation of the Industrial Heritage (TICCIH), foi apresentada e aprovada a *Carta para o Patrimônio Industrial*, na qual se aponta que o “patrimônio industrial são os vestígios da cultura industrial com valor histórico, tecnológico, social, arquitetônico ou científico”.

Salienta-se que um aspecto importante da Carta é a definição de “que as razões que justificam a proteção do patrimônio industrial decorrem, essencialmente, do valor universal desse patrimônio e não da singularidade de quaisquer sítios excepcionais”.

A valorização do patrimônio industrial fortalece o senso de pertencimento e a identidade cultural. A memória do trabalho e as histórias de vida dos operários e empreendedores se tornam elementos de conexão social, aproximando as gerações e criando um sentimento de continuidade (Nery, 2021, p. 172).

O alargamento do conceito de patrimônio cultural, experienciado a partir dos anos 1970, trouxe novas reflexões e formas de pensar e preservar a diversidade do patrimônio cultural.

Ao (re)pensar e atualizar as esferas conceituais e suas limitações, surge um novo ‘campo’ patrimonial: o patrimônio industrial. A preocupação para com os vestígios materiais (móveis e imóveis) referentes aos processos de industrialização foi diretamente influenciada pelo período de decadência e desindustrialização em vários locais do mundo (Nery, 2021, p. 172).

Mas, para que se entenda a constituição do patrimônio industrial, é importante entender como se desenrolou, no presente estudo, o processo da indústria calçadista no RS.

A indústria calçadista gaúcha começou seu processo de industrialização na década de 1970. “Fundamentalmente, o que ocorreu é que as empresas do setor, ao invés de continuarem crescendo em termos numéricos passaram a ampliar o seu parque produtivo, seu nível tecnológico e a concentração de capital” (Schneider, 2004, p. 25).

Nesse período, a indústria calçadista do Rio Grande do Sul consolidou sua posição como um dos principais setores de desenvolvimento socioeconômico do estado. Esse período foi marcado por uma elevação consistente das taxas de

emprego e por uma crescente e sustentada demanda por força de trabalho, o que provocou profundas alterações nas dinâmicas demográficas e de mobilidade populacional.

Inicialmente, a base de mão de obra para o setor era predominantemente formada pelos filhos de colonos das microrregiões do Vale do Rio dos Sinos e da Encosta da Serra. Esses indivíduos possuíam um *saber-fazer* intrínseco, que combinava habilidades artesanais com uma ética de trabalho associada às comunidades rurais de origem europeia. No entanto, o rápido crescimento da produção em larga escala, impulsionado pela inserção nos mercados de exportação, gerou uma demanda por trabalhadores que superou a capacidade de oferta demográfica local.

Em resposta a essa conjuntura, a indústria calçadista se transformou em um polo de atração de força de trabalho, absorvendo migrantes internos provenientes de outras regiões do Rio Grande do Sul. Esse movimento migratório foi essencial para a sustentabilidade e expansão do setor, pois garantiu o suprimento de mão de obra necessário para as linhas de produção. A atração de trabalhadores de diversas origens não apenas contribuiu para a urbanização das cidades-polo do Vale do Rio dos Sinos, mas também promoveu a diversificação social e cultural dessas áreas, consolidando-as como importantes centros industriais e demográficos no cenário gaúcho.

2.3 Saberes do trabalho

Resgatando o que foi dito anteriormente, parte dos colonizadores que chegaram à região, não possuíam conhecimento sobre o cuidado com a terra, pois de onde vinham (continente europeu), já exerciam outros ofícios. Ao se estabelecerem e as colônias começarem a prosperar, esses imigrantes passaram a trabalhar em atividades como alfaiates, artesãos (metal e couro), chapeleiros, sapateiros, entre outras. Com o início do processo de industrialização no estado do Rio Grande do Sul, porém, as técnicas artesanais começaram a ser substituídas por equipamentos, conforme argumenta Aravanis (2010, p. 174). Embora isso tenha representado um processo de destituição do *saber-fazer* do artesão, não significou sua supressão imediata, pois “muitas fábricas abrigavam oficinas ou a elas se conjugavam”.

De qualquer modo, é importante entender que “o desenvolvimento do saber e sua aplicação tecnológica, e a busca de novas tecnologias levando a novo conhecimento, é um processo fecundo que - só em parte é desinteressado e lúdico, pois também é movido por objetivos materiais evidentes” (Albornoz, 2004, p. 22).

Arata (2013, p. 154-155) destaca algo crucial ao estudo dos saberes de ofícios ao afirmar que esses saberes são "um corpo de saberes zelosamente preservado de geração em geração". Ele argumenta que, se democratizado, esse saber perderia não só seu valor, mas também seu caráter específico. E segue afirmando: “em grande medida, todos os ofícios são baseados em uma habilidade que precisa ser desenvolvida em alto grau”.. E, para implementar essa habilidade, deve-se utilizar de dois planos combinados:

Em primeiro lugar, no tempo de uma vida e na relação entre as gerações, com vista ao seu progresso. Em segundo lugar, em relação à mobilidade do indivíduo do grupo social a que pertence o artesão. As transformações que esta capacidade sofre de geração em geração (por exemplo, devido à introdução de novas técnicas ou tecnologias, ao aparecimento de novos produtos ou matérias-primas para a sua produção), apresentam desafios que derivam também ‘das mudanças na velocidade e as mudanças modais na transmissão do comércio’ (Arata, 2013, p. 154-155).

Interessa saber, na presente pesquisa, se os saberes trazidos pelos imigrantes europeus influenciaram a forma de produzir calçados, por intermédio da análise no município de Nova Hartz, sendo reconhecido pelos menores indicadores de acidentes de trabalho da indústria calçadista no RS. Pode-se, a esse respeito, considerar:

Na abordagem cultural interpretativista, o conhecimento não é tido como uma atividade meramente cognitiva, presente na mente das pessoas, tampouco se trata de um conhecimento que pertence aos atores envolvidos no processo de trabalho. Nesta proposta, o conhecimento é uma atividade social, sem distinção entre o pensar e o fazer nas práticas, que são contextualizadas e interligadas à especificidade das situações. O trabalho é o conjunto de saberes em prática, o conhecimento em prática (Antonello, 2011).

Para os autores Gheraldi (2006) e Antonello (2011), não se pode desconhecer, no entanto, que os saberes dos trabalhadores no chão de fábrica se desenvolvem dentro de um quadro de separação histórica entre concepção e execução do trabalho.

Diante das transformações contínuas dos sistemas de produção, ante as diversas variações do contexto socioeconômico e da competitividade das organizações numa escala global, o conhecimento – ‘os saberes’ vêm sendo cada vez

mais valorizados pela relevância de sua influência direta na sobrevivência das organizações. De acordo com Santos (2003, p. 35), “[...] o saber que o trabalhador produz e mobiliza no trabalho é reconhecido como fator fundamental para o sucesso do ‘negócio’”.

Nesse sentido, juntamente com o avanço tecnológico, são desenvolvidas novas formas de gestão do trabalho, e a importância dos “saberes investidos” do trabalhador (ou conhecimento tácito) cresce. Esses saberes são produzidos pelas experiências de trabalho no cotidiano do “saber-fazer” a atividade (Schwartz, 2003; Santos, 2003; Bianchetti, 1998).

Contudo, essa relação estabelecida dentro do mundo do trabalho é, sem dúvida, paradoxal. Enquanto os “saberes investidos” dos trabalhadores são reconhecidos e apropriados pelo capital para aprimorar a produção, eles também são marginalizados e desvalorizados pelas políticas e condições concretas da produção (Santos, 2003). Isso resulta em modelos de trabalho que estão distantes da condição humana, com o agravamento das condições de trabalho e da saúde do trabalhador.

Por fim, depreende-se que há uma relação próxima entre os saberes do trabalho e o patrimônio industrial, pois um não existe plenamente sem o outro, tornando-os fundamentais para a memória social. O patrimônio industrial é a estrutura material, o testemunho da história da produção. Por sua vez, os saberes do trabalho – o conhecimento técnico, as práticas, as habilidades manuais e os ritos sociais desenvolvidos e transmitidos pelos trabalhadores – são o elemento imaterial, humano, vivo e dinâmico, que dá sentido e viabilidade a essa estrutura.

No próximo capítulo, a metodologia adotada nesta pesquisa será apresentada.

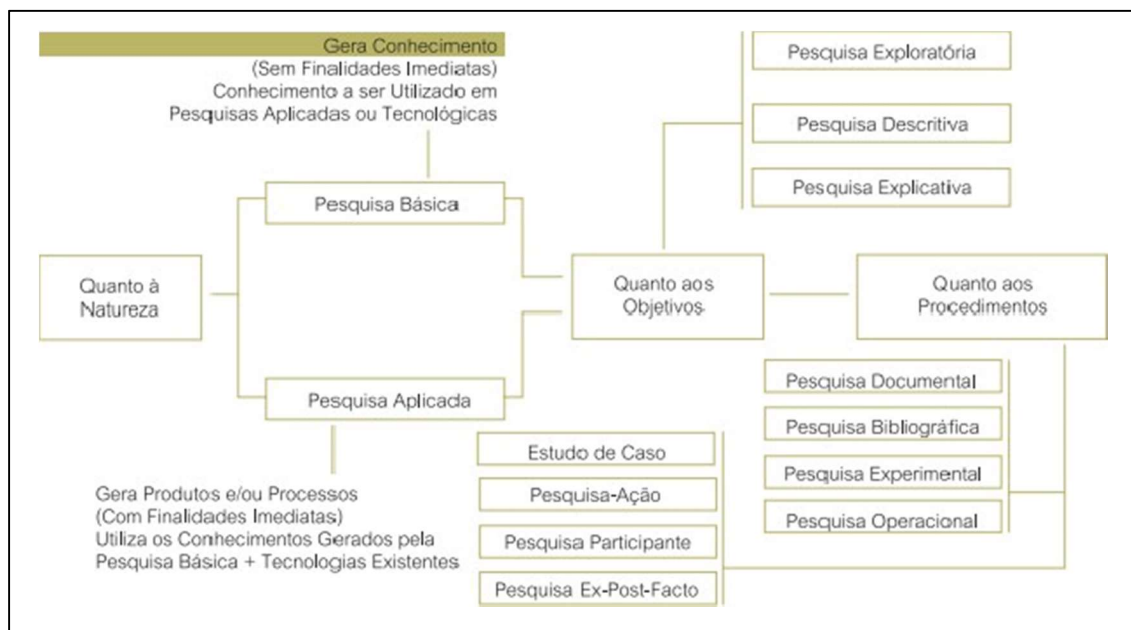
3 METODOLOGIA

Toda e qualquer pesquisa científica objetiva conhecer em profundidade um determinado assunto, seguindo metodologias aceitas no meio acadêmico. “Para tanto, deve ser sistemática, metódica e crítica” (Prodanov, 2013, p. 49) A pesquisa é um exercício que permite despertar o espírito de investigação, no presente caso pela interação entre pesquisadora e trabalhadoras, que trouxeram comentários e situações de suas vidas laborais na indústria calçadista.

No processo investigativo, faz-se necessário um planejamento de pesquisa que dependerá de múltiplos fatores, como: o problema a ser estudado, a natureza da pesquisa, o espaço-tempo e o nível de conhecimento do pesquisador.

Nesse sentido, na Figura 4, apresenta-se a representação esquemática dos tipos de pesquisa científica existentes.

Figura 4 – Tipos de pesquisa científica



Fonte: Adaptado de Silva (2004) apud Prodanov (2013, p. 51).

A presente pesquisa estrutura-se sob a perspectiva metodológica qualitativa, por buscar aprofundar a compreensão de um fenômeno em seu contexto natural, baseando-se na interpretação de sentidos e significados (Prodanov, 2013). Da mesma forma, classifica-se, quanto à sua natureza, como uma investigação aplicada, pois o conhecimento gerado visa a resolução de problemas práticos diretamente

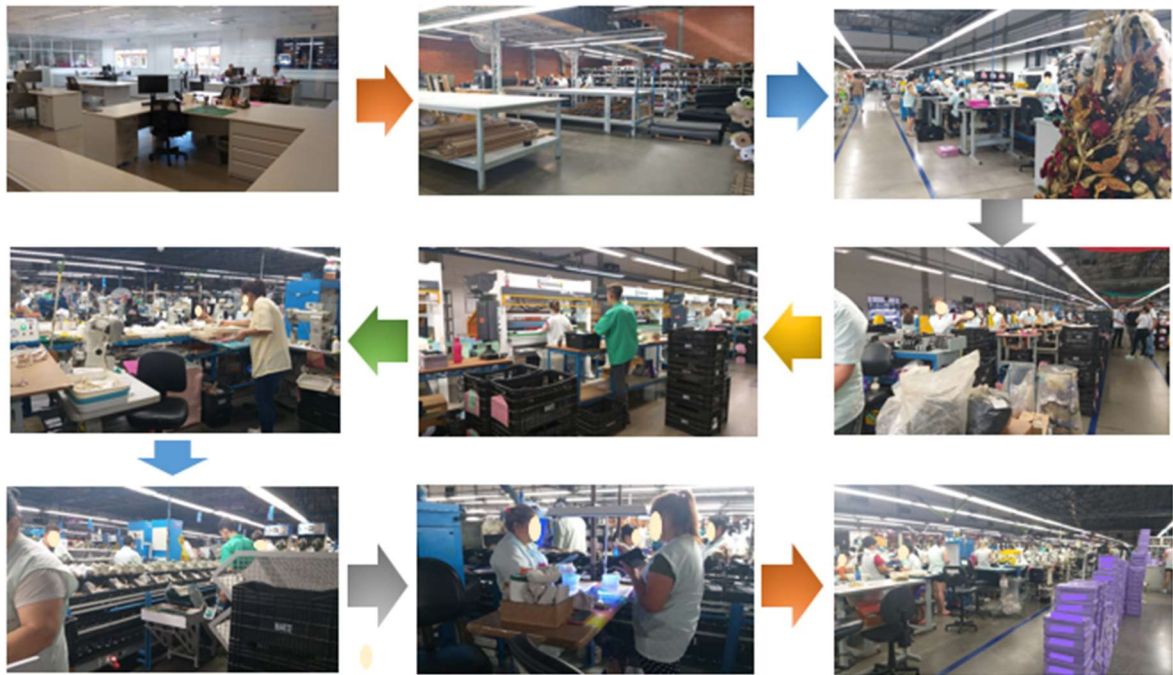
relacionados ao processo da indústria calçadista. No que se refere aos objetivos, caracteriza-se como descritiva e exploratória, na medida em que busca não apenas detalhar as particularidades do objeto de estudo, mas também aprofundar a compreensão acerca de suas múltiplas dimensões. Em termos de procedimentos, configura-se como uma pesquisa documental, alicerçada na análise de entrevistas e de conteúdos já produzidos, submetidos a um processo de interpretação crítica. Tal delineamento visa assegurar a consistência analítica necessária à construção de uma estrutura teórica e à ampliação do entendimento sobre o presente estudo.

3.1 Campo da pesquisa

No que se refere ao objeto e abrangência, pode-se revelar que o campo de pesquisa é composto por ateliers de prestadores de serviço para a indústria calçadista, de produção exclusiva de calçados femininos, sediados no município de Nova Hartz/RS. Assim, para a execução da pesquisa, contatou-se uma das empresas localizadas na cidade, a fim de solicitar uma visita às suas instalações e conhecer o processo produtivo completo do calçado. Essa empresa, de forte atuação no mercado nacional, iniciou suas atividades em 1977 e hoje produz 5 milhões de pares por ano e possui 2200 colaboradores diretos e 4000 indiretos. Por questões de sigilo industrial, a referência não será informada, visto que consta o nome da marca.

A visita às suas instalações foi realizada no mês de dezembro/2022, pela doutoranda Susana Sanson de Bem e seu orientador, professor Moisés Waismann. Na ocasião, o grupo foi acompanhado por um representante da empresa, a todos os setores envolvidos diretamente na produção de calçados, desde o setor de projeto até a expedição, que foi explicando toda a cadeia produtiva. A seguir apresenta-se, na Figura 5, o fluxo de imagens do processo produtivo, seguindo o arranjo existente na empresa.

Figura 5 – Processo produtivo do calçado - empresa matriz



Fonte: Elaborado pela autora (2025).

Verifica-se, pela Figura 5, que o processo de produção se inicia no setor de Projeto; na sequência, as etapas intermediárias, até finalizar na Expedição. Há, na unidade analisada, outros setores, como Recursos Humanos, Contabilidade, Logística etc. A título de ilustração, apresenta-se a Figura 6, com o passo a passo da produção do calçado.

Figura 6 – Etapas de produção do calçado



Fonte: Daniel Atacado (2020).

É importante ressaltar que a unidade visitada, conforme já mencionado anteriormente, localiza-se no município de Nova Hartz e possui duas filiais, uma no mesmo município e, outra, no município de Sapiranga. Enquanto na matriz ocorre o processo completo de produção dos calçados, nas filiais se dá a produção de costura.

Por informações repassadas durante a visita, os ateliers (prestadores de serviço) são utilizados para as atividades de costura, uma etapa crítica na cadeia produtiva. Foram fornecidos os contatos para iniciar as tratativas diretamente com eles. É importante ressaltar que o número de prestadores de serviços pode ser alterado a qualquer momento, dependendo das encomendas recebidas de pares de calçados, conforme a demanda.

Dos dois ateliers contatados, apenas um aceitou a realização da pesquisa em suas dependências. A justificativa do outro atelier foi que estavam com uma demanda alta e não conseguiriam liberar as costureiras para as entrevistas.

Os ateliers recebem as peças cortadas e separadas por modelos e tamanhos, conforme os critérios estabelecidos pela empresa matriz. Durante a primeira visita, realizada pela autora, foi possível conhecer o atelier, sua representante, a estrutura de produção (ambiente de trabalho) e apresentar a pesquisa. A permissão para realizar entrevistas com as costureiras foi concedida.

Durante a visita ao atelier, a representante, que é filha dos proprietários, compartilhou um pouco da história da empresa. A empresa foi fundada pelos pais, que eram trabalhadores da indústria calçadista e, em um determinado momento, decidiram trabalhar “em casa”. Essa decisão levou ao estabelecimento de um atelier bem estruturado, com diversos empregados registrados e prestadores de serviço para grandes empresas. Na época da coleta de dados, o atelier estava concentrado em atender a uma única empresa matriz, devido à alta demanda existente.

Reitera-se que todo o transporte das peças e demais utensílios é feito pela empresa matriz.

A partir dessas informações, apresenta-se como se constituiu a coleta e análise de dados.

3.2 Técnica de coleta e análise de dados

Considerando-se o caráter de pesquisa na área de Ciências Sociais, foram realizadas entrevistas com as costureiras do atelier, com um roteiro pré-estabelecido

e acompanhamento das atividades (observação), como fonte de dados complementares.

Por ocasião das entrevistas, foi disponibilizada pela empresa uma sala na administração, onde permaneceram a pesquisadora e as entrevistadas. Cada entrevista individual foi gravada e as instalações foram fotografadas para posterior análise. Para nortear a entrevista, optou-se pela criação de um roteiro (semiestruturado), pois entendeu-se que, dessa forma, as entrevistadas se sentiriam mais confortáveis quanto à expressão de seus conhecimentos (narrativas).

Nesse tipo de entrevista, classificado como não focalizada (ou focada), conforme Ander-Egg (1978, p. 102, tradução livre): “A entrevista fica então a critério do entrevistador, que pode explorar razões, motivos, ajudar a esclarecer um determinado fator, etc., [...] Este deve saber ouvir e ajudar a expressar e esclarecer, mas não sugerir”.

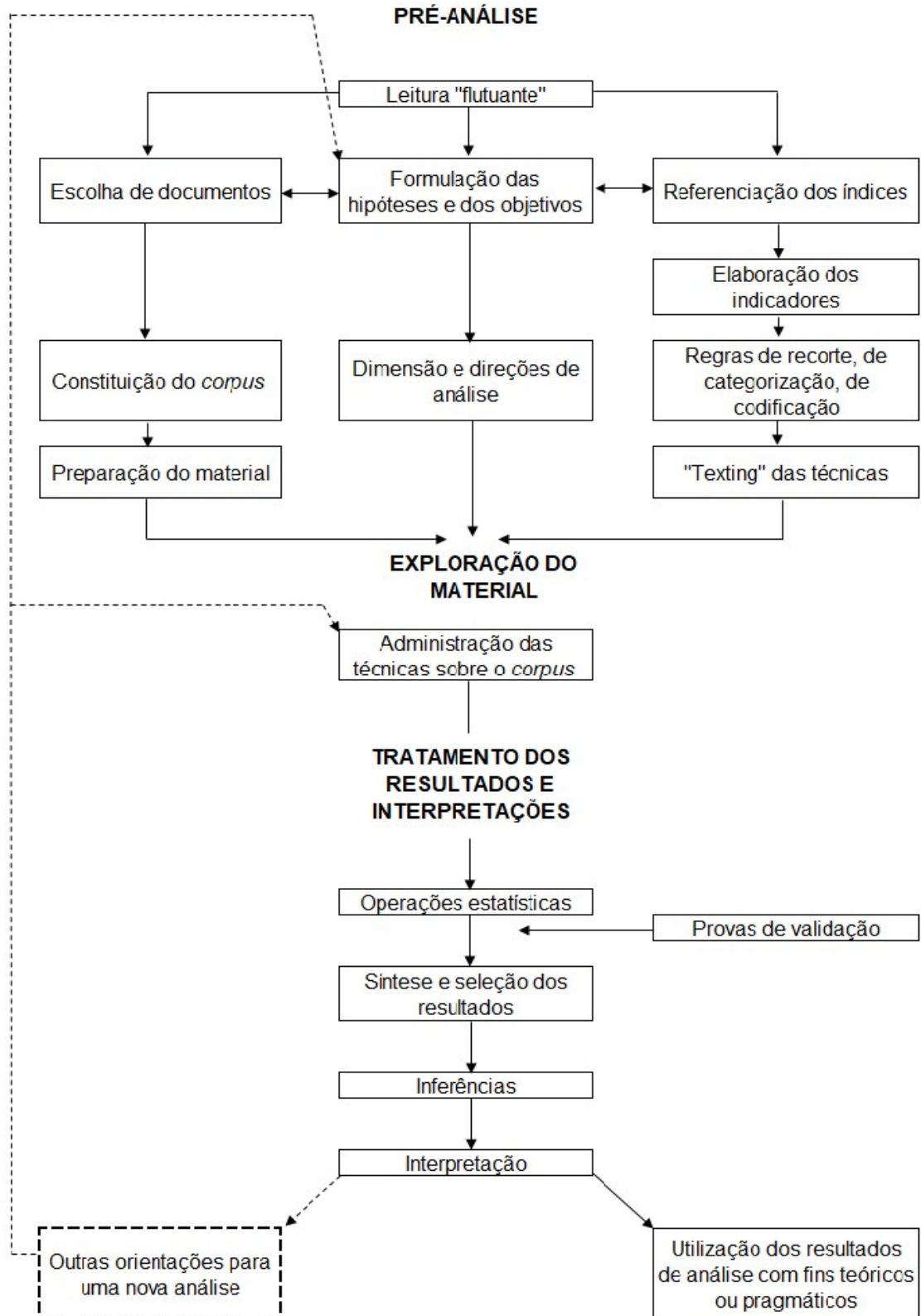
Quanto ao número de entrevistas, foram realizadas 12 (doze), ou 100% da capacidade de costureiras do atelier. Reitera-se que, na presente pesquisa, pelo seu caráter qualitativo, não houve a necessidade de se criar uma amostra estatística. As entrevistas não tiveram tempo limite de realização. Da mesma forma, as entrevistadas não tiveram nenhum tipo de interferência. Segundo Minayo, Deslandes, Gomes (2007, p. 63): “Na pesquisa qualitativa, a interação entre o pesquisador e os sujeitos pesquisados é essencial”. Ao mesmo tempo, conforme alerta Haguette (2013, p. 87), não se pode perder a objetividade, pois corre-se o risco de sair dos reais relatos e “contaminá-los”.

Quanto à análise de conteúdo (corpus da pesquisa), as entrevistas foram inicialmente transcritas para posterior pré-análise de seus conteúdos. Durante a pré-análise, as informações foram organizadas, tornando-se operacionais e no intuito de sistematizarem-se as ideias iniciais (Bardin, 2002, p. 95-96).

Após a pré-análise, passou-se a explorar o material: verificou-se o que era importante, a forma como as informações foram passadas e manusearem-se esses materiais.

Com os resultados significativos e fiéis em mãos, foi possível fazer inferências e responder ou não aos objetivos traçados (Bardin, 2002, p. 101). A fim de esclarecer a organização e o tratamento de dados e resultados proposto por Bardin, apresenta-se a seguir, na Figura 6, o fluxograma de desenvolvimento de uma análise.

Figura 7 – Desenvolvimento de uma análise



Fonte: Bardin (2002, p. 102).

Para encerrar este item, é importante ressaltar a necessidade de que o entrevistador seja conhecedor do assunto, esteja bem preparado e tenha elaborado

um roteiro claro. Além disso, todas as regras devem ficar bem claras para todos os envolvidos, pois as entrevistas foram realizadas com pessoas de diversos níveis educacionais e culturais.

4 ENTREVISTAS

O atelier visitado e onde foram realizadas as entrevistas foi indicado pela empresa matriz do segmento calçadista feminino, que possui representatividade no mercado nacional. Essa empresa, devido à alta demanda produtiva, utiliza os serviços de um atelier menor, que se dedica exclusivamente à costura de partes dos calçados, independentemente da estação ou coleção. Tanto a matriz quanto o atelier se dedicam unicamente ao mercado feminino e estão localizados no mesmo município, o que facilita o aspecto logístico, reduzindo tempos de deslocamento e custos de transporte para a matriz. Todo o transporte das peças é feito pela matriz, que as envia cortadas e separadas por modelo.

Inicialmente, foi feito contato com um representante do atelier, cujo endereço foi fornecido pela matriz. Posteriormente, foi verificado que essa pessoa é filha dos proprietários, que vinham da indústria calçadista e que, inclusive, foi criada desde tenra idade no atelier. Atualmente, ela é diplomada em Ciências Contábeis e domina todo o processo de produção, além de executar a parte administrativa.

É importante destacar a configuração espacial e as condições de trabalho encontradas no atelier estudado. O atelier está localizado afastado do centro da cidade, em uma área parcialmente urbanizada, com via asphaltada e terreno de esquina, de fácil acesso. A edificação é em alvenaria, com pé direito alto (em torno de cinco metros), arejada, com ventilação natural e artificial, iluminação natural e artificial, e forro com isolamento térmico. As características da edificação podem ser vistas nas figuras 8 a 10.

Figura 8 – Vista interna do atelier (a)



Fonte: Acervo da autora (2023).

Na Figura 8 se observa o pé direito alto, em alvenaria, estrutura metálica do telhado, telhas sanduiche metálicas (isolamento térmico), além da pintura das paredes em tom claro, iluminação natural e artificial.

Na Figura 9 optou-se por mostrar que, além da ventilação natural, há a artificial (ventiladores)

Figura 9 – Vista interna do atelier (b)



Fonte: Acervo da autora (2023).

Da mesma forma, o atelier dispõe, também, de sistema de climatização (condicionadores de ar), conforme mostrado na Figura 10.

Figura 10 – Sistema de climatização



Fonte: Acervo da autora (2023).

Internamente, o atelier possui uma área de produção única, sendo distribuído nas etapas de: recebimento de materiais, separação e distribuição, costureiras e disposição final para encaminhamento à empresa contratante. A ocupação da área pode ser vista pelas Figuras 11 e 12.

Figura 11 – Disposição da produção (a)



Fonte: Acervo da autora (2023).

Percebe-se que o atelier está organizado de tal forma que os espaços das costureiras estão demarcados por fitas em tom amarelo, no piso. Trata-se de um local limpo, sem obstrução de passagens.

Na Figura 12, ao fundo, observa-se uma porta de grandes dimensões, por onde circula a produção (abastecimento e expedição), através da aproximação de veículos vindos da empresa matriz.

Figura 12 – Disposição da produção (b)



Fonte: Acervo da autora (2023).

Vê-se, também, na Figura 12, a iluminação natural e artificial existente.

O atelier fornece instalações sanitárias e copa em condições de higienização, bem como água potável refrigerada aos trabalhadores, atendendo aos requisitos

legais apresentados na *Norma Regulamentadora Nº 24 - Condições sanitárias e de conforto nos locais de trabalho*. Tais condições podem ser vistas nas Figuras 13 e 14.

Figura 13 – Instalações sanitárias e copa



Fonte: Acervo da autora (2023).

Figura 14 – Fornecimento de água potável



Fonte: Acervo da autora (2023).

A produção mostrou-se organizada e limpa, com sinalização horizontal demarcando áreas por atividades, com materiais organizados e de fácil acesso. Não

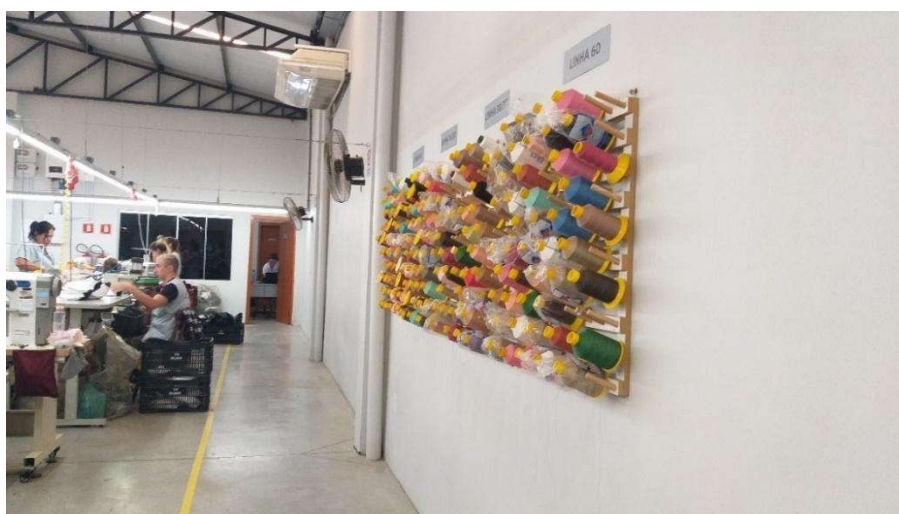
foi visto, na ocasião da visita, pontos de interrupção de fluxo por disposição incorreta de materiais ou máquinas. Tais condições podem ser vistas nas Figuras 15 e 16.

Figura 15 – Sinalização horizontal



Fonte: Acervo da autora (2023).

Figura 16 – Organização de materiais



Fonte: Acervo da autora (2023).

Depreende-se, pelo exposto, que o local possui condições favoráveis de trabalho, tendo em vista a legislação trabalhista vigente.

4.1 Instrumentos de pesquisa - entrevistas

Sendo assim, a partir da liberação da realização das entrevistas, foi marcada uma data e, na ocasião, foram entrevistadas 12 costureiras, 100% da mão de obra da

costura. Conforme informações iniciais, repassadas pela representante da empresa, esta é uma característica comum à grande parte das empresas calçadistas, ou seja, de que não sejam encontrados homens na costura, porém nota-se uma predominância da mão de obra masculina em atividades de maior esforço físico.

O roteiro de entrevista elaborado levou em consideração a necessidade inicial de se mapear como era constituída a equipe de costura, solicitando-se as seguintes informações: nome completo, idade, escolaridade, naturalidade e tempo atuando na indústria calçadista. Posteriormente, as perguntas compreendiam: um breve relato sobre sua vida, desde a vinda para o Vale do Rio dos Sinos (para aquelas que eram de outras cidades e/ou estados), como ingressaram na área calçadista, se tinham sido “treinadas” por familiares, por que a manutenção nesse segmento, se não pensavam em mudar de profissão, bem como se tinham a intenção de possuir seu próprio atelier e se haviam ou sabiam de alguém que, trabalhando nessa mesma função, sofrera acidentes de trabalho.

1. Atividades desenvolvidas.
2. Já se acidentou durante sua vida profissional? Em caso positivo, o que ocorreu? Por que ocorreu?
3. Conhece pessoas que se acidentaram? Em caso positivo, o que ocorreu? Sabes o porquê de isso ter ocorrido?
4. Qual(is) a(s) maior(es) dificuldade(s) de se trabalhar no setor calçadista, na sua visão?
5. Gostaria de mudar de atividade? Em caso positivo, para qual profissão? Por quê?

As entrevistas foram realizadas, individualmente, apenas com a presença da pesquisadora e da costureira, ou seja, não houve, em momento algum, a interferência de alguém da empresa nas respostas.

No próximo capítulo, apresentam-se os resultados extraídos a partir das entrevistas realizadas.

5 ANÁLISE DOS RESULTADOS

A partir da transcrição das entrevistas, realizada pela pesquisadora, as respostas foram formatadas para que pudessem ser analisadas posteriormente. Os dados obtidos foram tabulados no Excel, utilizando tabelas dinâmicas para facilitar a análise.

Pelas informações básicas de caracterização da mão de obra, observou-se que todas as entrevistadas eram mulheres, naturais de cidades do estado do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina.

Primeiramente, ao serem questionadas quanto ao local de nascimento, das 12 entrevistadas, nenhuma era de Nova Hartz. A maior proximidade foi encontrada entre as nascidas na região metropolitana de Porto Alegre, representando 58,3% (sete costureiras). As demais gaúchas representaram 33,3% (quatro costureiras) e uma catarinense, que representou 8,3%. Vide a Tabela 2:

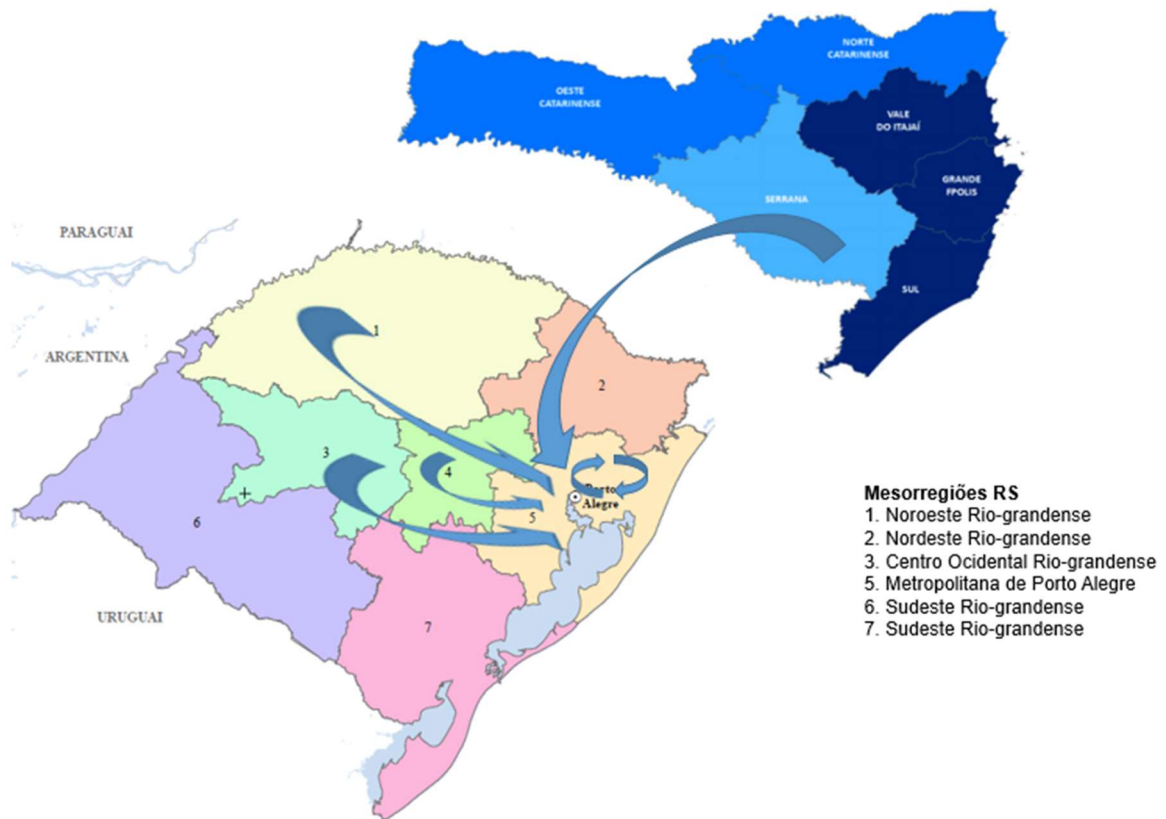
Tabela 2 – Naturalidade das costureiras

Estado	Mesorregião	Município	Quantidade
Rio Grande do Sul	Metropolitana de Porto Alegre	Campo Bom	1
		Novo Hamburgo	1
		Porto Alegre	1
		Santo Antônio da Patrulha	1
		Sapiranga	2
		Taquara	1
		Herval	1
	Encosta da Serra Gaúcha	Santa Cruz do Sul	1
	Centro Oriental Rio-grandense	São Francisco de Paula	1
	Noroeste Rio-grandense	Tenente Portela	1
Santa Catarina	Serrana	São Joaquim	1

Fonte: Elaborado pela autora (2025).

É importante ressaltar que, inicialmente, imaginava-se que a mão de obra era eminentemente local, logo, a imigração ocorrida na região foi um fato que chamou a atenção. Para mostrar o fenômeno ocorrido com esse grupo de trabalhadoras, apresenta-se, na Figura 17, como ocorreram esses deslocamentos.

Figura 17 – Deslocamento das trabalhadoras, a partir dos locais de nascimento



Fonte: Elaborado pela autora (2025).

Esse fenômeno, descrito por Schneider (2004) e Costa (2010) como migração de mão de obra, ocorreu a partir da década de 1970, quando a indústria calçadista, localizada no Vale do Rio dos Sinos, atingiu o mercado externo e mudou sua base tecnológica, necessitando “importar” trabalhadores para as demandas existentes.

Tal fato fica caracterizado quando das respostas das costureiras, conforme transcrição dos excertos, no Quadro 1:

Quadro 1 – Excertos de justificativas de deslocamento

Costureira	Como chegou
Cos 1	Nós viemos para cá porque, eu tinha 7 anos, quando meu pai veio atrás de serviço, que aqui tinha muita indústria de calçado em Sapiranga. Ele veio primeiro, arrumou emprego e trouxe a família toda e todo mundo trabalhou no calçado, somos em 7 filhos. Era o único emprego que empregava mais gente, e tem até hoje.
Cos 2	Com 12 anos eu saí de lá com a minha família, fomos para Sapiranga, mas eu voltei a trabalhar em Campo Bom aos 14, mas continuando a morar em Sapiranga. Trabalhei no XXXX, uma empresa antiga, que acabou já. Depois dos meus 18, eu conheci o meu esposo, iniciamos a morar aqui e estamos até hoje. Já faz 23 anos.
Cos 3	Nasci em Sapiranga e moro lá ainda hoje. A família não trabalhava na indústria calçadista.
Cos 4	A gente trabalhava plantando fumo até os meus 16 anos, depois eu vim para Sapiranga e comecei a trabalhar no calçado.
Cos 5	Nasci em Tenente Portela, o pai veio de lá, eu tinha, eu acho que tinha uns 5 anos. Veio a família toda e ficamos por aqui. Começamos a morar em Sapiranga. Eu morando faz dois anos em Araricá.
Cos 6	Nasci em Herval, RS. Pra lá de Pelotas, perto da fronteira do Uruguai.
Cos 7	Aqui em Taquara (cidade lindeira).
Cos 8	Sou de Sapiranga, eu me criei com meu pai e minha irmã, sou filha de pais separados, o pai criou a gente, a parte dura. Então eu comecei a trabalhar muito cedo em casa, os afazeres da casa. Logo comecei a trabalhar, parei de estudar. Aí fiz o Ensino Médio depois de casar. Faz oito anos que sou casada e seis que estou trabalhando aqui na empresa.
Cos 9	Nasci em São Francisco. No caso eu só nasci lá, aí a minha mãe veio para Nova Hartz trabalhar, porque ela tinha se separado do meu pai, eu ainda era bebezinha. Ela começou a trabalhar nos calçados WWW. Cresci em Nova Hartz.
Cos 10	Sou de Porto Alegre. Fui criada em Caxias do Sul. A família foi trabalhar lá na metalúrgica, ônibus, cuidador. Com 12 para 13 anos eu comecei a trabalhar, daí em 1986 eu vim para cá para trabalhar, os tios moravam para cá.
Cos 11	Sou de Santo Antônio da Patrulha. Eles moravam em Cantagalo, até meus 6 anos. Tenho união estável, não tenho filhos. Eu acho que vieram para Rolante porque a minha vó veio, e de certo ali era melhor para eles, com salários todo mês, coisa que na roça não tinha. O meu pai ainda mora lá, ele veio com a minha mãe, mas se separaram e ele voltou. Só que daí, claro, agora ele está aposentado.
Cos 12	Sou de Novo Hamburgo. Meu pai morava em São Luis Gonzaga e, desde que ele veio de lá, ele sempre trabalhou nessa área calçadista. Veio tentar a vida. Hoje quem trabalha sou eu, ele ainda trabalha e a minha madrasta.

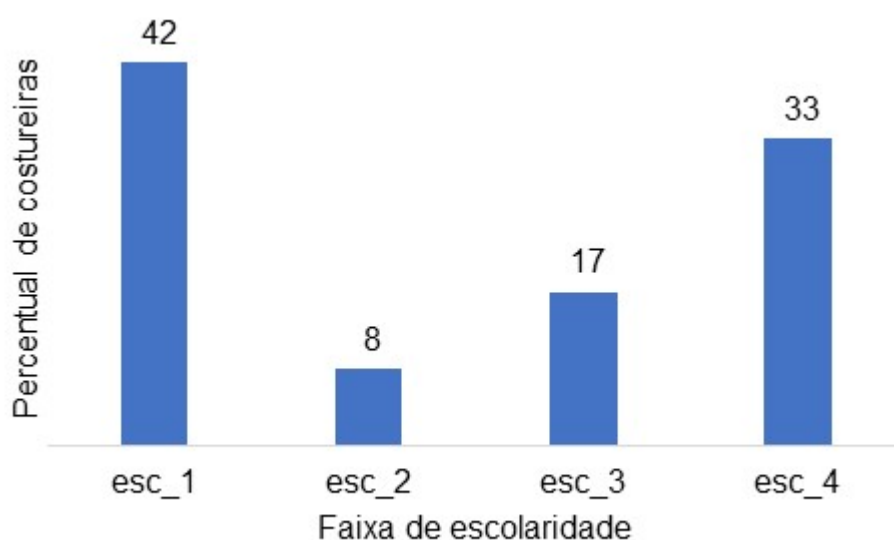
Fonte: Elaborado pela autora (2025).

Vê-se que é uma constante nas respostas a perspectiva de que na região havia emprego, e de que as famílias foram em busca de estabilidade financeira, algo que não ocorria na agricultura. Da mesma forma, a mão de obra, inclusive infantil, era aproveitada, algo que, hoje, pela própria legislação trabalhista, não é mais permitido.

Como complementação ao ponto anterior, acerca da imigração de famílias de outras regiões, na busca pelo trabalho, observa-se, pelas respostas, a baixa escolaridade das trabalhadoras, o que reitera serem, em boa parte, oriundas do âmbito rural, sem a perspectiva de executarem outras atividades senão as ofertadas pela indústria calçadista, com baixa remuneração.

Os resultados obtidos para o questionamento nível de escolaridade são apresentados na Figura 18, a seguir.

Figura 18 – Escolaridade das entrevistadas



Nota: Esc_1 – Ensino fundamental incompleto; Esc_2 – Ensino fundamental completo; Esc_3 – Ensino médio incompleto; Esc_4 – Ensino médio completo
 Fonte: Elaborado pela autora (2025).

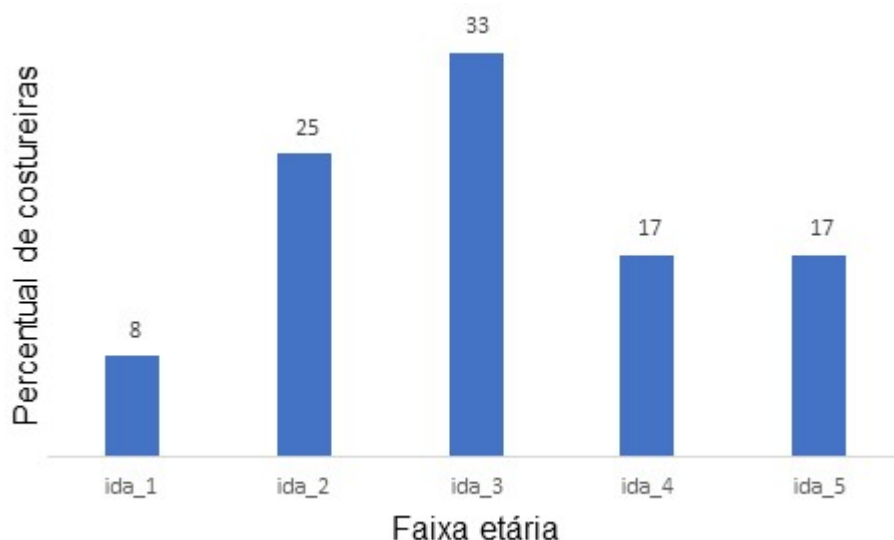
Desses resultados, obteve-se: cinco costureiras com Ensino Fundamental incompleto, uma com Ensino Fundamental completo, duas com Ensino Médio incompleto e, finalmente, quatro costureiras com Ensino Médio completo

Tais resultados vêm ao encontro do que Costa (2010) menciona, no sentido de que a “oferta abundante e barata de mão-de-obra, bem como câmbio competitivo, constituem-se em fatores cruciais para o sucesso econômico”, algo observado no Vale do Rio dos Sinos, a partir da década de 1970. Acrescenta-se à análise a colocação

feita, há pouco, pelo economista Naercio Menezes Filho (2025, página eletrônica), em entrevista na qual mencionou que, mesmo tendo sido criadas nas últimas décadas políticas públicas de cariz social, como anteriormente o governo não mantinha contato com a população mais pobre, isso ainda não foi “[...] suficiente para aumentar a mobilidade intergeracional, porque a diferença entre as condições socioeconômicas das crianças que nascem em famílias mais ricas e as mais pobres é muito grande”.

No entanto, quando analisadas as idades das costureiras, observa-se que há uma redução de trabalhadoras em faixas etárias mais jovens. Dessa constatação pode-se inferir que as trabalhadoras mais jovens buscam por outros ramos de atividades. Para tanto, vide a Figura 19.

Figura 19 – Concentração de mão de obra por faixa etária



Nota: Ida_1 – 20 a 29 anos (uma costureira); Ida_2 – 30 a 39 anos (três costureiras); Ida_3 – 40 a 49 anos (quatro costureiras); Ida_4 – 50 a 59 anos (duas costureiras); Ida_5 – 60 ou mais (duas costureiras).

Fonte: Elaborado pela autora (2025).

No atelier onde foram realizadas as entrevistas, a propósito, o setor de costura possuía três trabalhadoras aposentadas, representando 25% da amostra total de trabalhadoras.

Na sequência da análise, apresenta-se o Quadro 2, que contém as respostas à pergunta “como começou”, categorizadas por costureiras e com excertos das entrevistas. Este quadro foi elaborado a partir das transcrições das entrevistas com as costureiras, apresentando as razões que as levaram a trabalhar na indústria calçadista. O Quadro 2 está dividido em duas categorias principais, que descrevem a

trajetória de cada entrevistada. O objetivo é verificar a trajetória profissional das costureiras no setor calçadista, identificando os motivos de entrada e as influências que moldaram suas carreiras.

Os quadros apresentados a seguir, que contêm excertos das entrevistas, apresentam a transcrição literal do que foi proferido.

Quadro 2 – Respostas sobre a pergunta como começou, por categorias costureiras e excerto da entrevista

Categoria	Costureira	Excerto da entrevista
Atividade disponível	Cos 3	Meu pai trabalhava na agricultura e depois foi trabalhar na prefeitura. Naquela época se começava a trabalhar com 12-13 anos. Para nós o único serviço que tinha era no calçado, nesta fase 12-13 anos o pessoal ia tudo para o calçado. Eu comecei passando, depois fui abastecer, que aqui não tem esteira, mas eu trabalhava na esteira. Depois passei para a revisão e logo me deram o curso de costura, logo estava na costura. Somos três irmãos. Dois foram para a calçadista. Meus filhos não trabalham com calçado, cada um foi exercer outra profissão: um foi para a metalúrgica, o outro foi para marceneiro e a outra foi para salão de beleza. Ritmos bem diferentes. Na realidade, a calçadista é o que ganha menos.
	Cos 4	Tava difícil na roça, daí, como eu era a mais velha da família, casei, os outros eram menores, daí a gente veio embora para trabalhar no calçado. Morei mais de 30 anos em Sapiranga, daí faz uns 10 anos que eu moro aqui. Comecei como aprendiz e agora costureira, não progredi muito.
	Cos 6	Trabalhava na agricultura familiar, lá trabalhava num escritório de remate de gado, só que aí o escritório fechou e eu tinha uma amiga que tinha vindo já pra cá, ela me convidou, aí vou ir só para conhecer, vim, ela disse para ir na “empresa RR” ³ , lá no centro e faz ficha para elas ver, fui lá, não deu quinze dias me chamaram. Aí eu liguei para minha mãe, dizendo que eu não ia voltar, que eu ia ficar aqui. Morei um tempo com a minha amiga e tal, depois veio a minha mudança, a gente continuou morando junto, depois não deu certo, eu fui morar sozinha e fiquei até hoje.
Através da Família	Cos 1	Todos começamos com 12 anos e a que seguiu a profissão foi só eu, os outros foram trocando. Então, é que daí a gente começava com 12 antes e a gente foi aprendendo. Eu, por exemplo, sou viradeira também. Daí, agora que eu peguei, aqui eles me deram uma oportunidade de costurar, porque, quando tu é viradeira eles só deixam na máquina de virar, então eu aprendi a costurar e estou gostando também.
	Cos 2	No começo era serviços gerais, depois me deram a oportunidade de fazer um curso. Só que eu fiz o curso, terminei, fiquei 3 meses na esteira, achei que eu não ia dar conta do serviço, então pedi para sair. De lá nós fomos pra trabalhar na empresa RR, daí,

³ Informa-se que em algumas entrevistas, as costureiras mencionaram nomes de empresas calçadistas que, por motivo de sigilo, não serão apresentados no presente documento.

Categoria	Costureira	Excerto da entrevista
		como na empresa RR só precisava de costureira, eu fui contra a vontade. É porque eu tinha medo de costurar, era nova. Eu fiquei acho que foi 2 anos e meio na máquina. Daí eu saí dali e vim morar, lá do outro lado da faixa, e depois viemos pra cá. Depois de 5 anos comecei a trabalhar aqui, como costureira também, e estamos aqui até hoje. Tenho mais parentes que trabalharam na indústria calçadista, em Campo Bom, mas já são aposentadas, eu tinha minha tia, eu tinha curiosidade e eu pousava na casa dela, tinha uma máquina de costura, daí eu queria saber como é que era, só que ela era sentada e eu era de pé, era uma vontade que eu já gostava. Tem outro que trabalhou em Parobé, lá numa fábrica também, mas já é aposentado. Tudo na área calçadista.
	Cos 5	Todos da família trabalhavam na calçadista. É que tinha parentes que foi para lá e estava gostando e viemos também. Lá a gente trabalhava na agricultura. Faz desde 97 que trabalho na calçadista. Comecei na empresa PP com serviços gerais, passando fita, passando cola, então deram oportunidade de eu ir à escolinha estudar. Tinha uma escolinha dentro da fábrica mesmo. Eu fiquei 15 dias na escolinha praticando costura, daí eu saí e comecei nas coisinhas mais fáceis, mas depois foi indo até chegar no final dos calçados.
	Cos 7	Minha família já trabalhava a maior parte na calçadista. Meus tios têm atelier, coisas assim. Eu cresci neste ramo da indústria calçadista. Já via desde pequena. Eu ia em atelier ainda nova, mas eu comecei a trabalhar mesmo, eu tinha uns 15 anos. Eu gosto, é uma coisa que eu gosto é do calçado. Depois dos dezoito eu fui para a fábrica.
	Cos 8	Meu pai trabalhava na indústria calçadista, só que na área da montagem. Como a minha mãe tinha atelier, quando eu era mais nova, acho que com uns 13 anos, mais ou menos, a gente começou a ajudar ela, fazendo coisinhas de fita, depois fui aprendendo outras coisas. Depois ela ficou apenas com a parte da costura. Aí ela deu uns ensinamentos pra mim, que era a mais velha, comecei a costurar com ela em casa. Não tenho filho. Não era registrada quando trabalhava com a mãe, no atelier.
	Cos 9	Daí comecei a trabalhar nos ateliers, vendendo sacolas, com 15 anos. Minha mãe não levava para a fábrica, eram as minhas tias que me cuidavam, casei bem novinha, com 15 anos. Fui embora para Campo Bom, fiquei um tempo lá, engravidei, nasceu o meu bebezinho, perdi ela, faria 18 anos agora. Fui para Caxias do Sul, por causa da minha perda, estava com depressão, fui morar com as minhas tias pra lá. Não deu certo lá. E lá não é calçadista, voltei, engravidei de novo, perdi de novo, mas foi negligência do hospital. Fomos embora para Campo Bom, porque a família do meu marido é de lá.
	Cos 10	Já vim direto para o calçado. Não tinha conhecimento nesse segmento. Eu era bem novinha. Daí fui trabalhar como passadeira de cola, fui aprendendo várias coisas, até que eu cheguei na costura. Hoje faço de tudo. Sou casada, tenho duas filhas, as duas trabalham na calçadista, uma aqui no atelier. As meninas ficavam em casa. A mais velha cuidava da mais nova,

Categoria	Costureira	Excerto da entrevista
		para eu trabalhar. Trabalhei na empresa BB, na empresa PP. Já sou aposentada.
	Cos 11	Daí depois eles vieram para Rolante, eles já trabalhavam com calçado. Quando eu cheguei na idade de 13,14 anos, a gente já começava a trabalhar. Eu fui trabalhar na empresa MM, trabalhei 5 anos na empresa MM, na montagem, depois eu saí e fui para os ateliers, daí comecei a costurar. Eu moro aqui em Araricá e a minha família em Rolante: trabalham com calçado. Minha mãe, eles têm atelier também.
	Cos 12	Desde os meus 14, 16 anos trabalho na área calçadista, aprendi a costurar pelo SENAI, cursinho que eles fizeram lá na empresa MR. Desde então eu trabalhei com a costura, daí eu saí e peguei na preparação, como eu me mudei para cá, ficou muito longe e perigoso, daí eu arrumei um serviço aqui perto. Já trabalho há um bom tempo.

Fonte: Elaborada pela autora a partir dos dados pesquisados.

No Quadro 2, constam as respostas à pergunta “como começou”, categorizadas por costureiras e com excertos das entrevistas. Nota-se que 25% (3) das costureiras foram classificadas na categoria “Atividade disponível” e que 75% (9) foram agrupadas na categoria “Através da Família”. A análise revela a complexidade da entrada de mulheres na indústria calçadista, destacando a interseção entre o contexto socioeconômico e as relações familiares.

Pelas memórias mobilizadas nas narrativas, percebe-se que as costureiras entrevistadas evidenciam que a escolha profissional, além de ser uma decisão individual, também é um reflexo de circunstâncias mais amplas. Essas circunstâncias são moldadas pela escassez de oportunidades e pela tradição familiar.

Sobre a categoria “A Indústria como Única Opção”, pode-se notar que muitas entrevistadas relataram que a indústria calçadista era a única fonte de emprego em suas comunidades, principalmente para jovens. A falta de alternativas forçava a entrada no setor, como visto na fala da Costureira 3, que mencionou que “[...] o único serviço que tinha era no calçado”. Tal fala sugere uma falta de diversificação econômica nas regiões, empurrando a mão de obra, muitas vezes ainda adolescente, para um trabalho de baixa remuneração.

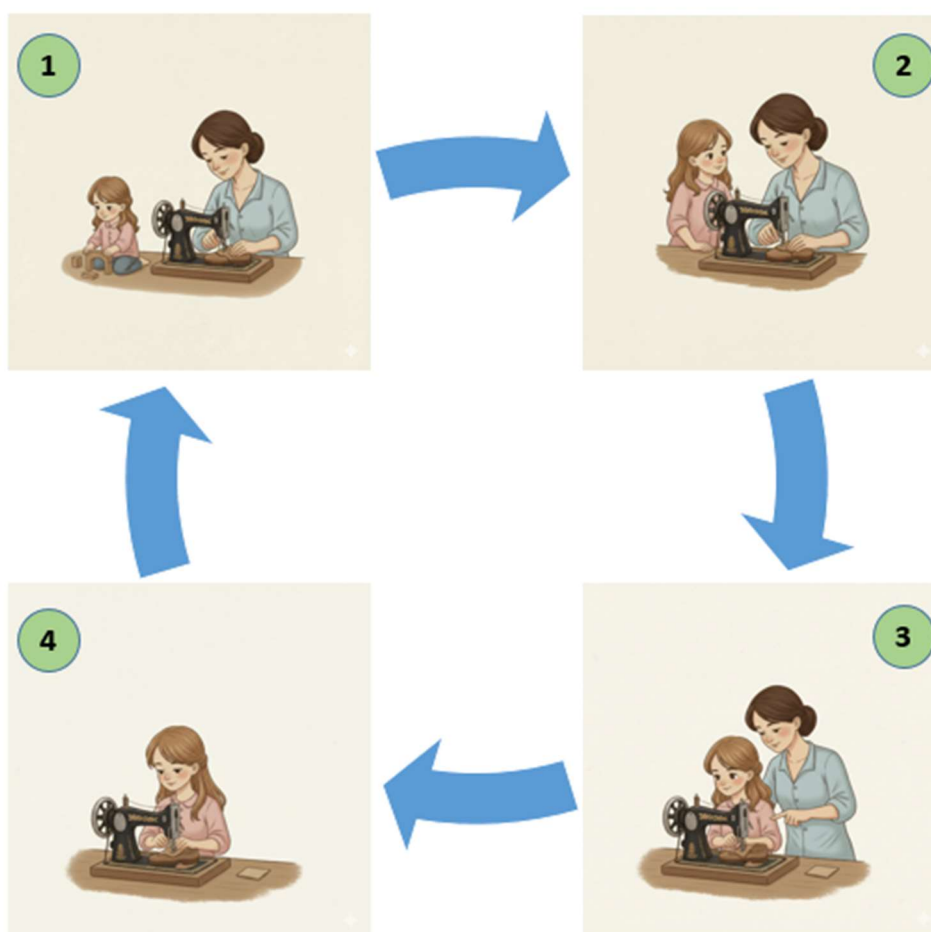
Seguindo nessa direção, percebe-se, no conjunto das falas, que as oportunidades de progressão eram poucas. Ao mesmo tempo, a saída da agricultura para a indústria, como relatado pelas costureiras 4 e 6, é uma explicação que sempre volta, evidenciando uma transição de um trabalho rural para o urbano. Entretanto, muitas vezes esse setor “paga menos”, como deixa claro a Costureira 3.

Quando o olhar se volta para a categoria “O Papel da Família na Transmissão da Profissão”, observa-se que a família desempenha um papel central na introdução e perpetuação da profissão de costureira. Em muitos casos, a profissão é uma herança, transmitida de mães, tias e pais para as filhas.

As costureiras 02, 07, 08, 09 e 11 narram ter crescido em ambientes onde a indústria calçadista era uma presença constante, seja em ateliers familiares ou nas conversas diárias. Para a Costureira 2, a curiosidade e a ajuda, complementa a Costureira 8, quando diz que a mãe é um exemplo de como a socialização familiar influenciou a escolha profissional. Isso cria uma cadeia de trabalho intergeracional, em que a entrada na indústria é quase um rito de passagem para as novas gerações, solidificando ainda mais a dependência da comunidade em relação ao setor calçadista.

A seguir, apresenta-se a Figura 20, que, de forma visual, representa o ciclo formativo através da transmissão intergeracional do saber do trabalho, no presente estudo do *saber fazer* do calçado.

Figura 20 – Transmissão intergeracional do saber do trabalho



Fonte: Elaborado pela autora com utilização da inteligência artificial (Co-Pilot).

As ilustrações constantes na Figura 20 compõem um recurso visual complementar à análise teórica da construção dos saberes do trabalho no contexto de um atelier de calçados. A sequência foi desenvolvida com o objetivo de representar, de forma simbólica e processual, os momentos-chave da transmissão intergeracional do conhecimento técnico e prático entre costureiras, em ambiente doméstico (no primeiro momento) e produtivo.

A pesquisadora optou pela inclusão de imagens como recurso metodológico, para ampliar a compreensão dos processos formativos que ocorrem fora dos espaços, seja do ensino convencional (escolas) como empresarial (treinamentos). O atelier doméstico é aqui representado como um local de aprendizagem situado, onde o saber é transmitido por meio da convivência, da observação, da prática e da afetividade. A contextualização criada propõe evidenciar dimensões que extrapolam o discurso verbal, como gestos, posturas, olhares e a ambientação do trabalho.

Como, no presente estudo, estão sendo transcritos apenas excertos das entrevistas, a pesquisadora, de forma reflexiva, entendeu importante demonstrar na Figura 20, inspirada no conjunto das respostas das entrevistadas, um esquema em quatro etapas da construção do saber do ofício, assim denominadas:

Ato I – Infância e presença: A criança brinca no chão, próxima à mãe, que costura um sapato em uma máquina de costura. A cena evidencia a convivência como primeiro contato com o ofício.

Ato II – Observação e curiosidade: A menina, já maior, observa atentamente a mãe costurando, demonstrando interesse e aproximação ao saber técnico.

Ato III – Aprendizado e prática compartilhada: A jovem começa a costurar ao lado da mãe, que orienta o processo. Ambas demonstram descontração, condizentes com o seu lar, mas, nesse momento, com caráter de escola e viés de ambiente de trabalho.

Ato IV – Autonomia e domínio do ofício: A filha, agora adulta, costura sozinha, simbolizando a passagem do saber e a consolidação da prática.

As personagens criadas, por solicitação da pesquisadora à ferramenta de Inteligência Artificial (IA), mantêm características constantes ao longo da sequência (cor de roupas e características corporais), reforçando a continuidade e a identidade do saber transmitido.

A proposta imagética não pretende impor que essa construção seja absolutamente linear, mas mostrar que a construção do saber do ofício calçadista

começou, para muitas, nos seus lares ou em ambientes adaptados como pequenos ateliers.

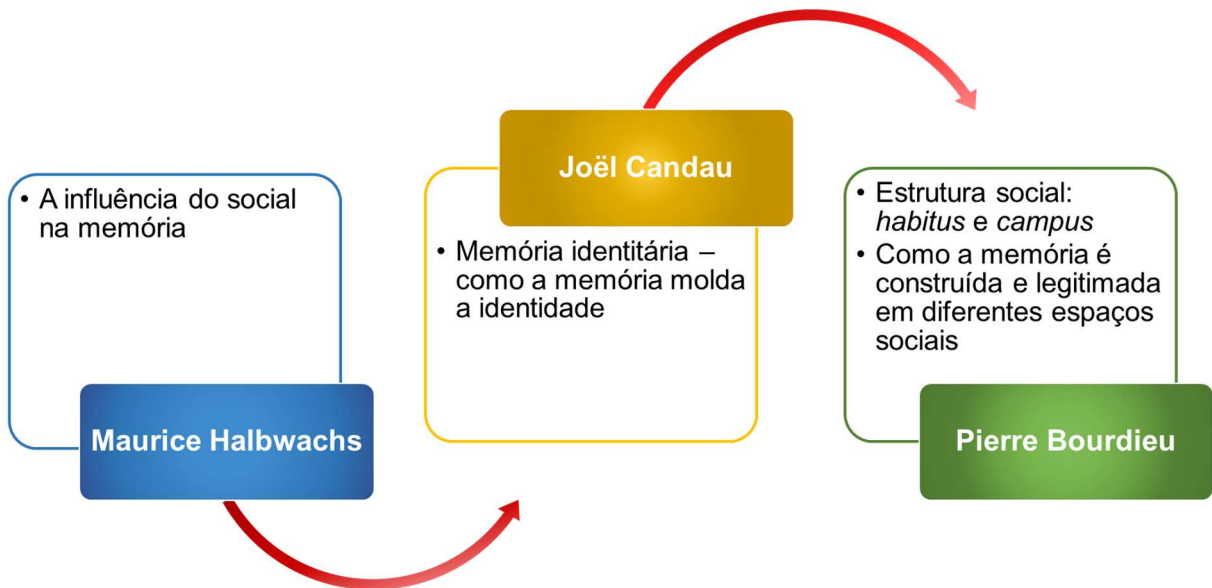
Propositalmente, foram colocadas mulheres nas imagens, pois percebe-se que existe uma dinâmica de gênero na divisão do trabalho. Nota-se que a atividade de costura, na empresa que acolheu a pesquisa, é predominantemente realizada por mulheres, uma atividade muitas vezes associada às habilidades manuais femininas. Pode-se pensar essa realidade a partir do que informa a Costureira 8, quando diz que o pai dela está na montagem do calçado, o que sugere fortemente uma divisão de gênero dentro da indústria calçadista.

As narrativas revelam que a trajetória profissional dessas mulheres é marcada por uma combinação de falta de escolha e forte influência familiar. Esses fatores limitam a autonomia profissional, ao mesmo tempo que asseguram um tipo de estabilidade em um setor que, embora com menor remuneração, tornou-se o alicerce econômico de suas vidas e comunidades.

É importante destacar que as respostas dadas pelas costureiras são resultado de suas memórias, revisitadas naquele momento a partir da pergunta feita. Isso pode ser interpretado a partir de conceitos firmados pelos pensadores da memória social. Halbwachs (1990) afirma que a memória não é um ato puramente individual, mas um processo social de reconstrução do passado, moldado pelos quadros sociais de referência (família, religião, classe social). Candau (2012) complementa que a memória não é apenas um registro do passado, mas uma ferramenta ativa na construção da identidade individual e coletiva. Bourdieu (2021) afirma que o *habitus* é a forma como o passado (memória) estrutura o presente e que os campos são os espaços onde as lutas e disputas pela legitimidade ocorrem.

Dentro desse campo, a memória é um capital simbólico. Na Figura 21, esquematicamente apresenta-se a inter-relação entre os pensadores do campo da memória social.

Figura 21 – Inter-relação entre pensadores de memória social



Fonte: Elaborado pela autora (2025).

De maneira simplificada, pode-se descrever: a memória de uma costureira é integrante de uma memória familiar (coletiva), construída pela transmissão e pelo compartilhamento do conhecimento das práticas calçadistas experimentadas, que enquadram as lembranças individuais dos diferentes membros de suas famílias. Assim, a memória familiar transforma-se em memória identitária ao longo das gerações. Nesse processo, alguns acontecimentos são ressaltados e outros esquecidos, moldando-se à narrativa sobre a família, intensificando o senso de pertencimento e identidade coletiva.

Considerando-se a família como o campo, estabelece-se um *habitus* (conjunto de comportamentos e valores internalizados), no qual, no caso da indústria calçadista, o crescimento profissional dentro da cadeia produtiva do calçado é algo memorável, altamente valorizável, em detrimento a outros acontecimentos ocorridos no mesmo passado e que foram relegados ao esquecimento.

Esse assunto será retomado adiante, quando se fizer a análise dos aspectos de segurança do trabalho.

Dando continuidade à análise das entrevistas, foi perguntado às costureiras o porquê da escolha por trabalhar em atelier. As respostas (excertos) estão apresentadas no Quadro 3, categorizadas por adaptação pessoal e trajetória profissional, proximidade e conforto familiar, qualidade de vida e ambiente de trabalho

agradável, além de relacionamento humanizado com a gestão. Nota-se que 41,6% (5) enquadram-se na categoria “adaptação pessoal e trajetória profissional” (costureiras 2, 4, 5, 6 e 9), enquanto 58,4% (costureiras 1, 3, 7, 8, 10, 11 e 12) ficaram enquadradas em “escolha por melhores condições de trabalho”, tanto sob o ponto de vista da proximidade de suas residências quanto ao ambiente de trabalho e comunicação direta com os proprietários.

Quadro 3 – Por que trabalhar em atelier

Categoria	Costureira	Excerto da entrevista
Adaptação Pessoal e Trajetória profissional	Cos 2	Trabalho em atelier por uma questão de praticidade, não tenho condições de morar em outra cidade. Tenho uma filha de 23, um de 21, uma de 14 e um que vai fazer 12. Tenho dois netos. Tenho uns 15 a 16 anos trabalhando na indústria calçadista, porque fiquei anos parada. Nunca pensei em abrir um atelier. Não há dificuldade em trabalhar no setor calçadista, a gente já acostumou, aquela rotina, sabe como é que é, daí segue, eu acho, pra mim não tem, é que provavelmente, até pelo fato de já ter mais familiares que trabalham, pessoas de mais idade já, foi criando um raciocínio da calçadista. Às vezes não vai ter uma peça inteira, às vezes tá aberta, não tem mais, já vai ensinando para os outros.
	Cos 4	Eu comecei a trabalhar em atelier depois que eu me aposentei. Eu sempre trabalhei em empresas grandes. Daí, como tinha essa empresa, que era bem perto da minha casa, comecei aqui.
	Cos 5	Aqui eu faço mais gáspea ⁴ e traseira.
	Cos 6	Meu filho, o turno integral da escola ia terminar, né, ele ia mudar de escola, digo, não posso trabalhar tão longe, porque como é que eu ia deixar sozinho meio turno? Aí eu pedi pra eles me colocarem pra rua. Eu saí e vim trabalhar aqui. Ele cresceu e, no caso, a escola ali também fez turno integral. O que me fez trabalhar em atelier é a questão de proximidade e de, hoje, o ponto de vista que eu penso assim é: a fábrica aqui é pegado, pode ver ali né, a gente tá sempre... mas a fábrica em si, trabalhar em esteira, não tem mais condições. Se tu entrar na Marte, a esteira está a milhão, tu não tens tempo para tomar água. E eu já estou numa certa idade, eu já tava cansada daquilo ali. Eles, tipo assim: se tu é mais rápida, tem condições de fazer serviço de duas. Aí a fulana já faz no normal dela, faz mais devagar, aí colocam outra pessoa ajudar a fulana, entendeu? Então, tipo, tu tem que tá sempre, eu gosto, eu tô gostando de trabalhar aqui. É tranquilo. É perto de casa. Eu trabalhava lá na matriz, e tem uma esteira que fechou, tinha umas 7-8, e aquelas outras da ponta, perto do portão, elas eram assim, não era uma esteira de cada lado, era uma esteira única que ela ia e fazia a volta. Então é menos, mas teve uma que

⁴ Gáspea – parte frontal do cabedal do sapato. Compreende a porção que cobre desde os dedos até o peito do pé.

Categoria	Costureira	Excerto da entrevista
		fechou, e até a esteira que eu trabalhava lá fechou. Por falta de número de funcionários, ninguém mais quer. Não tenho desconforto para trabalhar, só as dores, depois de uma certa idade, são mais. Às vezes acontece agulha no dedo, tipo, na fábrica, aconteceu pegar, assim, no colega, uma agulha; aqui, nunca. Quanto a mudar de atividade, é que, no começo, como te falei, eu fui, eu fiz outras coisas e tal, aí, quando eu parei, fui para outro atelier, perto na minha casa, aprender a costurar, aí eu tive meu filho, tive um tempo parada ali, aí eu separei, tive que voltar assim, rapidão, voltar a trabalhar, arrumar vaga na creche, tudo, posso tentar, tinha o curso, foi aí que eu voltei para trabalhar, só que, assim, um tempo atrás, a costureira era muito mais valorizada, o salário era muito bom, então todo mundo queria costurar, queria aprender a costurar, hoje em dia está tão próximo sabe, o salário, o valor, que a gente não pensa mais tanto, pela responsabilidade, para o tempo de ser costureira, que é uma responsabilidade, não é, tipo assim, se vem mal preparada e costurou torto, a responsabilidade vem primeiro em ti. 'Por que tu costurou torto?'. Uma coisa, que foi outra pessoa que preparou. Então, hoje em dia não vale mais a pena, então vamos continuar.
	Cos 9	Daí peguei e viemos embora para cá, eu comecei a trabalhar com eles, daí parei de trabalhar com eles, depois voltei de novo, já é a segunda vez que trabalho no mesmo atelier e já estou há 7 anos, mas já estou desde 2005 no ramo da costura. Gosto do que faço. Tem que evoluir cada vez mais, se aperfeiçoar cada vez mais. São 17 anos na calçadista. Antes eu não teria problema em trabalhar na fábrica, porque tinha mais benefícios, mas agora, para mim, eu tenho um gurizinho de 4 anos, eu preciso faltar, eu optei por atelier, que o proprietário é um amor de pessoa.
Proximidade e Conforto Familiar	Cos 1	Resolvi voltar porque, se não, ia matar meio mundo em casa. Escolhi trabalhar em atelier e não em fábrica de calçado, porque é mais próxima, fica mais fácil, dá uns 10 minutos até em casa.
	Cos 3	Trabalho em atelier porque, pra mim, que moro aqui, onde eu moro, eu moro bem na retirada, daqui uns 45 minutos a pé, bem ligeiro, o lugar mais perto que eu achei.
	Cos 12	Trabalho em atelier porque é o mais rápido da minha casa. Consigo vir a pé. Minha filha estuda na escola perto. Aí às vezes ir para longe não compensa.
Qualidade de Vida e Ambiente de Trabalho Agradável	Cos 8	Depois eu trabalhei na metalúrgica, embalando peças e revisando, o mundo girou e eu trabalhei em outra empresa e depois eu parei aqui. Moro a 4 quilômetros daqui. A estrada é metade asfaltada e metade de chão batido. Eu gosto de trabalhar, tanto na indústria quanto no atelier.
	Cos 10	Optei pelo atelier porque, quando eu vim para trabalhar aqui, já faz 14 anos, mas daí eu saí e voltei de novo, porque é um lugar ótimo de trabalhar. Fica próximo de casa e aqui eles são ótimos para nós.
	Cos 11	No tempo em que eu fui fazer atelier eles pagavam mais. O salário era melhor. Era melhor, de eles te ver, porque, se tiver

Categoria	Costureira	Excerto da entrevista
		algum problema, eles vão saber de mim, numa fábrica grande eles não te veem. E eu acho que, se tiver uma doença ou alguma coisa, eles te veem melhor. Moro aqui perto, venho a pé.
Relacionament o Humanizado com a Gestão	Cos 7	Tenho uma menina, moro perto, pra mim é muito bom. O atelier é muito mais confortável, mais agradável de se trabalhar. Os patrões são melhores, tem como chegar neles, conversar com eles, porque na fábrica é muito mais burocracia.

Fonte: Elaborada pela autora a partir dos dados pesquisados.

Considerando que as costureiras se sentem bem e confortáveis trabalhando em um atelier, quando foram questionadas se já haviam pensado em abrir um atelier próprio, apenas a Costureira 1 disse que já tinha pensado, mas que não teve coragem. As costureiras 7 e 9 já haviam tentado, mas foram obrigadas a fechar devido a problemas administrativos. As outras 75% (9) nunca pensaram em abrir um atelier próprio.

Pode-se depreender, em um primeiro momento, que os motivos para o desinteresse em possuir ou iniciar um atelier próprio incluem a reduzida escolaridade, a falta de conhecimentos administrativos necessários para gerenciar uma empresa, a insegurança quanto ao sucesso do empreendimento e a inconstância financeira possível. Esses fatores parecem ter contribuído para o desinteresse em empreender.

Por fim, foram questionadas se sentiam algum desconforto ou se já haviam se machucado (acidentado) ao realizar suas atividades. Essa pergunta foi feita para verificar se as costureiras tinham a percepção de riscos e suas possíveis consequências. No Quadro 4, evidenciam-se excertos da categoria “sobre segurança”.

Quadro 4 – Explicação na categoria “sobre segurança”

Categoria	Costureira	Excerto da entrevista
Acidentes de Trabalho e Percepção de Risco	Cos 7	Não, tranquilo (se tinha algum tipo de desconforto).
	Cos 10	Não tem desconforto. Não lembro se conheço alguém com problema de saúde por trabalhar nessa atividade.
	Cos 12	Não sinto nenhum desconforto.
	Cos 6	Não, é as dores depois de uma certa idade, são mais.

Categoria	Costureira	Excerto da entrevista
Desafios da Idade e Condições de Trabalho	Cos 1	Não tenho nenhum tipo de desconforto. Às vezes pode acontecer é uma dorzinha na coluna, no pescoço, por causa da posição. Isso depende de cada um. Nunca prendi o dedo na agulha, sou muito cuidadosa. Entendo que pode ocorrer a dificuldade de trabalhar na indústria calçadista, quando vem a idade. Não há problema por ser mulher para trabalhar na indústria calçadista. Nunca pensei em mudar de atividade. Não compensa financeiramente trabalhar como costureira.
	Cos 4	Desconforto para trabalhar, é mais a questão da idade, do dia a dia, quem não tem uma dor uma vez ou outra? Dificuldade em trabalhar na indústria calçadista, não, nenhuma, eu acho que, se a pessoa precisa e tem vontade de trabalhar, não tem dificuldade, pode ter uma dificuldade em começar até aprender. A empresa oferecia treinamento, daí a gente foi aprendendo, foi fazendo de tudo um pouco, e vai assim por diante, todo dia é um aprendizado para todo mundo. Quanto a trocar de atividade, a essa altura da minha idade, sem estudo, é muito difícil, e, voltar para o fumo, nem pensar. Já estou aposentada, vou trabalhar mais um tempo, até onde Deus permitir.
	Cos 9	Não tenho desconforto, só mesmo a minha visão, porque eu acho muito escura ali a minha máquina, teria que ter mais luz, mas talvez eu tenha que procurar, mas não posso ficar faltando. Não sinto nada de dificuldade no trabalho na indústria calçadista. Já pensei em mudar da calçadista, mas não me vejo trabalhando em outra coisa.
Desconfortos Físicos Recorrentes e Adaptabilidade	Cos 2	Já pegou várias vezes a agulha em dedos, mas não tive que se afastar do trabalho. Não conheço ninguém que se costurou os dedos.
	Cos 5	Não tenho nenhum tipo de desconforto: bem tranquilo. Já acostumei.
	Cos 8	Não tenho nenhum desconforto. Eu fiz um tratamento para tendinite, faz uns 2 anos, fisioterapia, eu fiz. Com o reforço muscular, eu voltei. Volta a dar umas dorzinhas. Conforme a musculatura não está boa, volta a doer. Mas está bem tranquilo.
	Cos 11	Teve um tempo que eu tive bastante dor nas costas, mas agora não mais. Depende dos serviços.
Perspectivas de Carreira e Dificuldade de Transição	Cos 3	Nunca tive desconforto de trabalhar nessa atividade. Agora está aparecendo tendinite. Que nem eu, moro retirada, tenho horta, tenho roça, estou sempre em atividade também. Tem coisas de casa. Não é só aqui, porque eu venho aqui é sentado, em casa a gente tá por tudo que é jeito. Nunca pensei em sair da calçadista.

Fonte: Elaborada pela autora a partir dos dados pesquisados.

Este item, segurança do trabalho, foi categorizado em: acidente de trabalho e percepção de risco, desafios da idade e condições de trabalho, desconfortos físicos recorrentes e adaptabilidade, perspectivas de carreira e dificuldade de transição, em função das respostas dadas pelas costureiras.

Percebe-se que, as costureiras que manifestaram algum desconforto, fizeram a correlação com a idade ou pela posição de trabalho, exceto a Costureira 2, que mencionou que já “pegou” os dedos diversas vezes na máquina. No entanto, quando a Costureira 8 menciona “Eu fiz um tratamento para tendinite, faz uns 2 anos, fisioterapia, eu fiz”, e a Costureira 11 diz “Teve um tempo que eu tive bastante dor nas costas, mas agora não mais. Depende dos serviços”, somado à fala da Costureira 3, “Agora está aparecendo tendinite”, nota-se que elas não veem a possível correlação entre patologia *versus* acidente de trabalho. No máximo, correlacionam-na com a idade, como a Costureira 4: “Desconforto para trabalhar, é mais a questão da idade, do dia a dia, quem não tem uma dor uma vez ou outra”, e atividades externas ao atelier, como a Costureira 3, ao dizer “Que nem eu, moro retirada, tenho horta, tenho roça, estou sempre em atividade também. Tem coisas de casa. Não é só aqui, porque eu venho aqui é sentado, em casa a gente tá por tudo que é jeito”.

Para quem atua no segmento de segurança e saúde do trabalho, é sabido que a falta de percepção dos riscos ocupacionais, por parte dos trabalhadores, independentemente do segmento produtivo, é grande. Muitos são os motivos apontados: falta de treinamentos, treinamentos fracos ou não direcionados para as questões locais (próprias das empresas), repetitividade de execução de uma dada atividade, o que leva o trabalhador a entrar “no piloto automático” ou até considerar-se inatingível aos acidentes (“*comigo não acontece*”), entre muitas outras opções possíveis.

É importante ressaltar que, sob o ponto de vista de segurança do trabalho, risco é entendido como “uma combinação da probabilidade de ocorrer lesão ou agravamento à saúde causados por um evento perigoso, exposição a agente nocivo ou exigência da atividade de trabalho e da severidade dessa lesão ou agravamento à saúde” (Brasil, 2024, página eletrônica).

No entanto, ao mencionarem que não conhecem ninguém que tenha se acidentado, e levando em consideração que, possivelmente, elas só entendem como acidente algo que cause lesão corporal, isso pode ser considerado satisfatório. Mas não se pode esquecer que podem estar ocorrendo duas situações: ou nos locais onde

trabalharam/trabalham não há ocorrências sabidas (quem se acidenta não comunica o ocorrido) ou estão sendo negligenciadas pelas empresas.

Entretanto, acidente de trabalho é muito mais amplo do que elas imaginam. Segundo o Ministério da Previdência Social, Lei 6367/1976, Art. 2º: “Acidente do trabalho é aquele que ocorrer pelo exercício do trabalho a serviço da empresa, provocando lesão corporal ou perturbação funcional que cause a morte, ou perda, ou redução, permanente ou temporária, da capacidade para o trabalho”.

Se considerarmos a definição de acidente de trabalho na condição de trabalhadoras da indústria calçadista, no cargo de costureiras, pode-se aumentar o leque de possíveis eventos que não são considerados por elas como tal. Lembrando que, doenças relacionadas ao trabalho, sob o ponto de vista legal no direito brasileiro, são equiparadas aos acidentes de trabalho. Isso quer dizer que, quando elas consideram que desconfortos ou tendinites têm outras possíveis fontes, seriam casos passíveis de investigação.

Na interseção da memória social, utilizando-se aqui pensadores como Halbwachs, Bourdieu e Candau; dos saberes do trabalho (do ofício calçadista), representado pelos pesquisadores Albornoz, Arata, Gherardi e Antonello; e dos aspectos de segurança do trabalho percebidos, por meio do arcabouço das legislações trabalhista e previdenciária brasileiras, pode-se depreender que a memória é integrante e integradora do conhecimento adquirido, assimilado e repassado entre familiares, grupos e gerações, devidamente compreendidos em espaços ou localidades, imbuídos deste conhecimento.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No estado do Rio Grande do Sul, a indústria de transformação está distribuída em todas as regiões, sendo que o Vale do Rio dos Sinos e o Vale do Rio Paranhana concentram a indústria calçadista. As empresas estão distribuídas nos diversos municípios desses dois vales, mas há uma rede de pequenos empreendedores (ateliers) que “orbita” os grandes produtores (empresas matriz), realizando atividades parciais na confecção dos calçados.

No presente estudo, percebeu-se que a condição de manutenção de uma determinada atividade econômica em uma dada região permitiu que gerações estivessem e estejam envolvidas nos processos produtivos do calçado, criando uma cultura calçadista.

O presente estudo foi desenvolvido a partir do levantamento bibliográfico, visitas à indústria matriz de grande porte no município de Nova Hartz e da realização e posterior interpretação das entrevistas feitas com as costureiras de um atelier.

Dessa realidade, pode-se concluir:

- Quanto aos aspectos bibliográficos, há escassez de publicações que focam conceitos de memória social na produção dos saberes do trabalho. Além disso, não existem publicações que, a partir da interligação entre memória social e saberes do trabalho, elevem a análise para a contribuição no segmento de segurança do trabalho.

- Dos dados coletados com as entrevistas das costureiras, verifica-se que a maioria possui baixa escolaridade, o que sugere que muitas pararam de estudar para trabalhar. Várias mencionaram que começaram a trabalhar em torno dos 12 anos de idade.

- Pela amostra utilizada (totalidade das costureiras), nota-se pouco interesse por parte de profissionais mais jovens, provavelmente devido à baixa remuneração.

- Outra constatação foi a diversidade de origem da mão de obra local. A maioria provém da região metropolitana de Porto Alegre, seguida de outras regiões, como a Fronteira e até de Santa Catarina.

Há algumas características que aproximam sobremaneira as trabalhadoras: essa particularidade diz respeito ao aprendizado das práticas da produção calçadista, iniciado desde a infância. Seus saberes, na maioria, foram passados no seio familiar, o que pode ter resultado em um desenvolvimento de um *modus operandi* seguro.

E, por fim, considerando-se o *corpus* da pesquisa (costureiras de um atelier localizado em Nova Hartz/RS), é possível que a produção dos saberes, sobre segurança ocupacional entre as trabalhadoras, configura-se como um processo dinâmico de construção coletiva de conhecimento, enraizados na memória social (construída, por muitos, desde a infância) e nas práticas de socialização próprias da indústria calçadista.

Longe de se limitar à mera reprodução de normas técnicas instituídas, o saber operário emerge da experiência vivida e vivenciada, sendo constantemente reconfigurado nas interações cotidianas e na observação situada dos riscos do trabalho. Esse processo se dá entre a tradição artesanal calçadista e as exigências contemporâneas de produção, resultando em práticas de segurança que articulam elementos formais e informais, saberes instituídos e saberes incorporados. Nesse sentido, a memória social atua como matriz epistemológica, organizando sentidos, legitimando práticas e sustentando a capacidade das trabalhadoras de agir de maneira autônoma, reflexiva e criativa na produção de estratégias de prevenção, as quais expressam formas específicas de cuidado de si e reprodução social no contexto laboral.

Pode-se cogitar, não concluir, que os índices mais baixos de acidentes sejam em função da maior “familiaridade” das trabalhadoras com o processo produtivo, ou seja, a construção de um saber coletivo e uma memória social do setor.

Pode-se questionar se os treinamentos dados em outras localidades do país estão sendo suficientemente eficazes, visto que, historicamente, em outros locais não há um saber instituído nem gerações de trabalhadores calçadistas, considerando que se trata de jovens produtores. Para avaliar isso, seria necessário analisar a produção nesses outros locais, o que não foi o objetivo do presente estudo, mas pode ser uma sugestão para futuras pesquisas.

Conclui-se que a memória relativa aos saberes do trabalho desempenhado na atividade de costura no atelier estudado vem sendo repassada de geração em geração, habilitando os trabalhadores junto às empresas do setor calçadista. Como esses saberes são construídos desde a infância, as costureiras confundem as práticas e o exercício diário das atividades. Isso cria uma duplicidade de sentimentos: ao mesmo tempo que sentem dores nas costas, imputam essa dor à idade e a práticas externas. Logo, não há um perfeito entendimento sobre a promoção da segurança do trabalho no atelier de calçados estudado.

Não se busca esgotar o assunto, mas apenas trazer à tona a possibilidade de novos estudos, tanto da pesquisadora quanto de outros estudiosos dos campos da memória social, saberes do trabalho e segurança do trabalho. Entendeu-se que, na busca por um referencial teórico para embasar este trabalho, a verificação do que já foi produzido e disseminado revela que muito ainda há de ser estudado e pesquisado no campo dos saberes do trabalho, especialmente quando se considera a interdisciplinaridade dos temas.

Para a pesquisadora, tal fato abriu um campo de visão sobre a utilização de outras disciplinas e ciências, que, na formação de segurança do trabalho, não são frequentemente utilizadas ou são pouco exploradas. História, Sociologia, Assistência Social, Psicologia e Economia se apresentaram como fortes contribuintes para a pesquisa e ficam como elos para a continuidade dos estudos, trazendo a interdisciplinaridade necessária para a construção do saber fazer, do saber cuidar e do saber transmitir.

REFERÊNCIAS

ABICALÇADOS. **Relatório Anual 2019**. Novo Hamburgo, 2019.

ABICALÇADOS. **Relatório Setorial da Indústria de Calçados do Brasil 2020**. Novo Hamburgo, 2020.

ABICALÇADOS. **Relatório setorial indústria de calçados 2024**. Novo Hamburgo, 2024. Disponível em: <https://www.abicalcados.com.br/publicacoes>. Acesso em: 05 out. 2024

ABICALÇADOS. **Relatório Indústria de Calçados – Brasil 2025**. Novo Hamburgo, 2025. Disponível em: <https://www.abicalcados.com.br/publicacoes>. Acesso em: 05 set. 2025.

AEAT. Anuário Estatístico de Acidentes do Trabalho. **Seção II - Indicadores de Acidente do Trabalho Capítulo 59 - Brasil 59.2 - Indicadores de acidentes do trabalho, segundo a Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE)**. Brasil, 2019. Disponível em: https://www.gov.br/trabalho-e-previdencia/pt-br/assuntos/previdencia-social/saude-e-seguranca-do-trabalhador/dados-de-acidentes-do-trabalho/arquivos/aeat-2019-versao-online/copy_of_subsecao-a-acidentes-do-trabalho/capitulo-59-brasil/59-2-indicadores-de-acidentes-do-trabalho-segundo-a-classificacao-nacional-de-atividades-economicas-cnae-brasil-2019. Acesso em: 15 set. 2024.

ALBORNOS, Suzana. **O que é trabalho**. 6. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 2004. 103 p.

ANDER-EGG, Ezequiel. **Introducción a las técnicas de investigación social**. Buenos Aires: Humanitas, 1978.

ANTONELLO, Cláudia. Organizações culturais e a aprendizagem baseada em práticas. In: ANTONELLO, Cláudia; GODOY, Arilda. **Aprendizagem Organizacional no Brasil**. Porto Alegre: Bookman, 2011. p. 565-582.

ARATA, Nicolás. Los saberes del oficio: notas conceptuales. **Trabalho & Educação**, Belo Horizonte, v. 22, n. 3, p. 149-163, set./dez. 2013.

ARAVANIS, Evangelia. A industrialização no Rio Grande do Sul nas primeiras décadas da República: a organização da produção e as condições de trabalho (1889-1920). **Revista Mundos do Trabalho**, v. 2, n. 3, p. 148-180, jan./jul. 2010.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Tradução de Luís Antero Reta e Augusto Pinheiro. Lisboa, Portugal: Edições 70, 2002.

BIANCHETTI, Lucídio. **Da chave de fenda ao laptop**: Um estudo sobre as qualificações dos trabalhadores na Telecomunicações de Santa Catarina (TELESC). 1998. Tese (Doutorado) – Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 1998.

BOURDIEU, Pierre. **Sociologia geral, vol. 2**: habitus e campo: Curso no *Collège de France* (1982-1983). Tradução de Fábio Ribeiro. Petrópolis: Vozes, 2021.

BRASIL. Lei Nº 8213, de 24 de julho de 1991. Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 1991. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8213cons.htm. Acesso em: 15 set. 2023.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Norma Regulamentadora Nº 1 - Disposições gerais e gerenciamento de riscos ocupacionais**. Brasília, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/acesso-a-informacao/participacao-social/conselhos-e-orgaos-colegiados/comissao-tripartite-partitaria-permanente/normas-regulamentadora/normas-regulamentadoras-vigentes/nr-01-atualizada-2024-i-1.pdf>. Acesso em: 24 set. 2025.

CANDAU, Jöel. **Memória e Identidade**. Tradução de Maria Letícia Ferreira. São Paulo: Contexto, 2012.

COSTA, Achyles Barcelos. Instituições e competitividade no arranjo calçadista do Vale dos Sinos. **Análise Econômica**, Porto Alegre, v. 27, n. 52, 2010. DOI: 10.22456/2176-5456.6965. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/AnaliseEconomica/article/view/6965>. Acesso em: 15 set. 2025.

DANIEL ATACADO. Processo de fabricação de calçados. **Blog Daniel Atacado**. 18 maio 2020. Disponível em: <https://blog.danielatacado.com.br/processo-de-fabricacao-de-calcados/>. Acesso em: 15 set. 2025.

DODEBEI, Vera. Ensaio sobre memória e informação. **Morpheus: revista de estudos interdisciplinares em memória social**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 15, p. 127-244, 2016.

ESCUDERO. **Conheça aqui as partes essenciais que compõem nossos sapatos**. 2023. Disponível em: <https://www.escuderoonline.com.br/blog/descubra-como-sao-feitos-nossos-escuderos-para-os-pes/>. Acesso em: 1 set. 2025.

GHERARDI, Silvia. Practice-based Theorizing on Learning and Knowing in Organizations: An Introduction. **Organization**, London, v. 7, n. 2, p. 211-223, 2006. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/247747102_Practice-Based_Theorizing_on_Learning_and_Knowing_in_Organizations. Acesso em: 23 set. 2025.

GONDAR, Jô. Cinco proposições sobre memória social. **Revista Morpheus**: estudos interdisciplinares em memória social: edição especial, Rio de Janeiro, v. 9, n. 15, p. 19-40, 2016.

HAGUETTE, Teresa Maria Frota. **Metodologias qualitativas na sociologia**. Petrópolis: Vozes, 2013. 223 p

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Traduzido por Laurent Léon Schaffter. São Paulo: Vértice, 1990.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades e estados**: Nova Hartz. Rio de Janeiro, 2022. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/rs/nova-hartz.html>. Acesso em: 15 set. 2022.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Classificação Nacional de Atividades Econômicas**. Rio de Janeiro, 2023. Disponível em: <https://cnae.ibge.gov.br/en/?view=grupo&tipo=cnae&versao=7&grupo=153>. Acesso em: 15 set. 2025.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades**: Nova Hartz. Rio de Janeiro, 2025. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/nova-hartz/panorama>. Acesso em: 15 set. 2025.

IZQUIERDO, Ivan. **Memória**. Porto Alegre: Artmed, 2002.

MENEZES FILHO, Nesio. Estado foi desenhado para manter as hierarquias, diz professor do Insper. [Entrevista concedida a] Michael França. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 10 set. 2025. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/blogs/politicas-e-justica/2025/09/estado-foi-desenhado-para-manter-as-hierarquias-diz-professor-do-insper.shtml>. Acesso em: 1 set. 2025.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu. **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 26. ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

MINISTÉRIO DA FAZENDA. **Anuário Estatístico de Acidentes do Trabalho**: AEAT 2017. Brasília: Ministério da Fazenda, 2017.

NERY, Olivia Silva. A musealização do patrimônio industrial no Museu da Cidade do Rio Grande/RS. **Historiæ**, Rio Grande v. 12, n. 1, p. 171-192, 2021. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/hist/article/view/12727>. Acesso em: 15 set. 2025.

OBSERVASINOS. **Mapa Interativo dos Municípios**. 2021. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/observasinos/fique-sabendo-2/observasinos-atualiza-mapa-interativo-dos-municipios>. Acesso em: 15 set. 2024.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

PRODANOV, Cleber Cristiano. **Metodologia do trabalho científico** [recurso eletrônico]: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

RIO GRANDE DO SUL. DEE. Departamento de Economia e Estatística. **Estimativa da população por município, faixa etária e sexo, 2019 – Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, 2019. Disponível em: <https://dee.rs.gov.br/populacao>. Acesso em: 15 set. 2022.

RUBINO, Silvana B., MENEGHELLO, Cristina. Preservação do patrimônio industrial no Brasil. **Oculum Ensaios**, Campinas, v. 1, p. 125-132, 2005. Disponível em: <https://periodicos.puc-campinas.edu.br/oculum/article/view/797/777>. Acesso em: 15 fev. 2023.

SANTOS, Eloisa Helena. Processos de produção e legitimação de saberes no trabalho. In: GONÇALVES, Luiz Alberto Oliveira (Org.). **Currículo e políticas públicas**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003. p. 29-40.

SCHNEIDER, Sergio. O mercado de trabalho da indústria coureiro-calçadista do Rio Grande do Sul: formação histórica e desenvolvimento. In: COSTA, Achyles B.; PASSOS, Maria Cristina (Org.). **Indústria de calçados no Rio Grande do Sul**. São Leopoldo: Ed. Unisinos, 2004. p. 25-49.

SCHWARTZ, Yves. Trabalho e saber. **Revista Trabalho e Educação**, Belo Horizonte, NETE/FAE-UFMG, v. 13, n. 1, p. 21-34, jan./jun. 2003.